

Químicos e Soluções Sustentáveis do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 43.874.289/0001-80

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balancos Patrimoniais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	41.560	102.130	42.436	103.033
Contas a receber incluindo partes relacionadas	6	197.592	112.533	197.592	112.533
Estoque	7	186.836	127.293	186.836	127.193
Adiantamentos a fornecedores		6.301	1.253	6.301	1.253
Tributos a recuperar	9	21.077	8.363	21.077	8.363
Instrumentos financeiros	4	277	-	277	-
Outros ativos		1.204	1.296	1.204	1.296
Total do ativo circulante		454.847	352.868	455.723	353.771
Não circulante					
Tributos a recuperar	9	1.141	-	1.141	-
Investimentos	10	876	818	-	-
Imobilizado	11	145.362	138.409	145.362	138.409
Intangível	12	9.286	9.676	9.286	9.676
Agio sobre investimentos	12	94.331	94.331	94.331	94.331
Direito de uso	13	5.094	4.043	5.094	4.043
Total do ativo não circulante		256.090	247.277	255.214	246.459
Total do ativo		710.937	600.145	710.937	600.230
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores incluindo partes relacionadas	14/8	167.611	70.898	167.611	70.983
Empréstimos e financiamentos	16	-	72.026	-	72.026
Mútuo com partes relacionadas	8	34.581	-	34.581	-
Tributos a pagar		2.770	4.774	2.770	4.774
Imposto de renda e contribuição social a pagar		2.154	2.650	2.154	2.650
Salários e encargos sociais		13.781	13.774	13.781	13.774
Dividendos propostos	17.f	15.830	1.236	15.830	1.236
Arrendamentos	13	3.598	2.614	3.598	2.614
Instrumentos financeiros	4	-	712	-	712
Outros passivos	15	3.628	2.918	3.628	2.918
Total do passivo circulante		243.953	171.602	243.953	171.687
Não circulante					
Arrendamentos	13	2.992	2.214	2.992	2.214
Provisão para plano de pensão e saúde	24	9.510	5.176	9.510	5.176
Imposto de renda e contribuição social diferido	22.b	7.833	17.714	7.833	17.714
Total do passivo não circulante		20.335	25.104	20.335	25.104
Patrimônio líquido					
Capital social	17	902	902	902	902
Reserva de capital		399.049	399.049	399.049	399.049
Reserva legal		180	180	360	180
Reserva de retenção de lucros		47.488	3.708	47.488	3.708
Ajustes de avaliação patrimonial		(970)	(400)	(970)	(400)
Total do patrimônio líquido		446.649	403.439	446.649	403.439
Total do passivo e patrimônio líquido		710.937	600.145	710.937	600.230

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Nota	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldos em 31 de dezembro de 2022				
Lucro líquido do exercício				
Cisão parcial Rhodia Brasil S.A. (carve-out)	1/17.d	1	399.049	-
Reserva legal	17.e	-	-	-
Dividendos obrigatórios	17.f	-	-	-
Ajuste avaliação patrimonial previdência privada líquida	17.c	-	-	-
Ajuste variação cambial patrimônio líquido da ALAVER	10	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	17.b	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023				
Lucro líquido do exercício				
Reserva legal	17.e	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	17.b	-	-	-
Dividendos obrigatórios	17.f	-	-	-
Ajuste avaliação patrimonial previdência privada líquida	17.c	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024				
	902	399.049		

Demonstrações dos Resultados

Nota	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita líquida de vendas e serviços	18	(12 meses) 834.180	(6 meses) 395.229	(12 meses) 834.180
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	19	(571.748)	(248.598)	(571.748)
Lucro bruto		262.432	146.631	262.432
Receitas (despesas) operacionais				
Com vendas	19	(36.085)	(16.623)	(36.085)
Gerais e administrativas	19	(157.526)	(56.934)	(157.550)
Equivalência patrimonial	10	(24)	(86)	-
Outras receitas operacionais, líquidas	20	(2.744)	(204)	(2.744)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		66.053	72.784	66.053
Receitas (despesas) financeiras				
Despesas financeiras	21	(20.442)	(43.620)	(20.442)
Receitas financeiras	21	37.557	31.422	37.557
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		83.168	60.586	83.168
Imposto de renda e contribuição social correntes	22.a	(34.384)	(28.371)	(34.384)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.a	9.590	2.712	9.590
Lucro líquido do exercício		58.374	34.927	58.374
Lucro atribuível a:				
Ações no final do exercício (em milhares)		412.286.668	-	-
Lucro líquido por ação do capital social no fim do exercício		0,000142	-	0,000142

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Nota	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício		58.374	34.927	58.374
Outros componentes do resultado abrangente				
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para demonstração do resultado:				
Ajuste variação cambial patrimônio líquido da ALAVER	10	-	4	-
Outros resultados abrangentes		-	4	-
Resultado abrangente total do exercício		57.804	34.527	57.804

Percentual de participação

Descrição	2024		2023	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Alaver S.A.	-	100,00%	-	100,00%
Especialidades Químicas e Materiais de Performance do Brasil Ltda.	100,00%	-	100,00%	-

Ativos financeiros: 2.5.1. Classificação:

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado", "Ativos financeiros ao custo amortizado" e "Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes". A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. a) **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. b) **Ativos financeiros ao custo amortizado:** Os ativos financeiros ao custo amortizado devem ser mensurados se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. c) **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes devem ser mensurados se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. 2.5.2. **Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são, normalmente, reconhecidas na data da negociação – data na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e por meio de outros resultados abrangentes são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ativos financeiros ao custo amortizado são, subsequentemente, contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem. As variações no valor justo de títulos monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda ("impairment"), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Resultado financeiro". A Companhia e suas controladas avaliam, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda ("impairment") em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. 2.6. **Instrumentos financeiros derivativos e atividades de "hedge"** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende de o derivativo ser designado ou não como um instrumento de "hedge" nos casos de adoção da contabilidade de "hedge" ("hedge accounting"). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por "hedge". A Companhia adota a contabilidade de "hedge" ("hedge accounting") e designa certos derivativos como: • "Hedge" de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável ("hedge" de fluxo de caixa). A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Nota	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social				
Ajustes para conciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa nas atividades operacionais:				
Resultado de equivalência patrimonial		(58)	-	-
Depreciações e amortizações 11, 12 e 13		19.506	9.856	19.506
Baixa de bens dos ativos imobilizado e intangível (Reversão) provisão de crédito com liquidação duvidosa	11	957	54	957
Provisão (reversão) para despesas de reestruturação	6	282	-	282
Provisão (reversão) para planos de pensão	7	2.789	1.108	2.789
Atualizações monetárias e variações cambiais não realizadas	15	(414)	609	(414)
Variações cambiais sobre contratos de mútuo não realizadas	24	4.334	307	4.334
Encargos financeiros sobre arrendamentos	8	4.049	-	4.049
Ajuste a valor presente	13	650	2.298	650
Redução (aumento) nas contas dos ativos e passivos:				
Contas a receber		(85.341)	(143.993)	(85.341)
Estoque		(62.332)	(17.783)	(62.332)
Adiantamentos a fornecedores		(5.048)	(548)	(5.048)
Tributos a recuperar		(13.855)	(6.894)	(13.855)
Instrumentos financeiros		(989)	-	(989)
Outros ativos		92	1.435	92
Fornecedores		99.089	82.065	98.867
Tributos a pagar		(12.381)	(21.156)	(12.381)
Salários e encargos sociais		7	2.650	7
Outros passivos		1.124	1.324	1.124
Remediações ambientais e outras provisões pagas		-	(573)	(573)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(24.794)	-	(24.794)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Caixa oriundo da cisão projeto P02		-	55.000	-
Aquisições de bens dos ativos imobilizado	11	23.893	(13.780)	23.893
Aumentos de capital e/ou novos investimentos	10	-	(900)	-
Aquisições de bens dos ativos intangível	12	(119)	(152)	(119)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento		(24.012)	40.168	(24.012)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Mútuo com partes relacionadas recebidos	8	30.532	-	30.532
Pagamento de principal de empréstimos	16	(70.000)	70.000	(70.000)
Pagamento de juros de empréstimos	13	(2.026)	-	(2.026)
Pagamento de arrendamentos	16	(2.954)	(871)	(2.954)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento (Redução) aumento líquida (o) de caixa e equivalentes de caixa		(44.447)	69.129	(44.447)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	102.130	901	103.033
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	41.560	102.130	42.436

os instrumentos de "hedge" e os itens protegidos por "hedge", assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de "hedge". A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do "hedge" como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de "hedge" são altamente eficazes na compensação de variações nos fluxos de caixa dos itens protegidos por "hedge". a) "Hedge" de fluxo de caixa: A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como "hedge" de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou a perda relacionada com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecida na demonstração do resultado como "Resultado financeiro". Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de "hedge" afeta o resultado, na mesma conta da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido. Quando um instrumento de "hedge" prescreve ou é vendido, ou quando um "hedge" não atende mais aos critérios de contabilização de "hedge", todo ganho ou toda perda cumulativa existente no patrimônio naquele momento permanece no patrimônio e é reconhecido quando a operação prevista é finalmente reconhecida na demonstração do resultado. Quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda cumulativa que havia sido apresentado no patrimônio é imediatamente transferido para a demonstração do resultado em "Resultado financeiro". 2.7. **Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas e estão apresentadas a valores de realização e, deduzida da provisão para perdas de crédito esperadas. Uma provisão para perda de crédito é estabelecida quando existe evidência de que a Administração não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perdas de crédito esperadas para contas a receber. Os percentuais aplicados são baseados em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes. A matriz de provisão baseia-se nas premissas observadas pela Administração da Companhia e em coeficiente de perda esperado estabelecido sobre o total dos recebíveis a vencer, líquidos de impostos. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para perdas de crédito esperadas cuja recuperação é considerada duvidosa. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com as situações pontuais e atuais da carteira de clientes. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber da Companhia estão divulgadas na nota explicativa nº 6. Além da provisão para perdas de crédito esperadas, os saldos de contas a receber podem ser ajustados por provisões para descontos comerciais variáveis, como aqueles concedidos com base em volume de compras dos clientes. Essas provisões são constituídas com base em estimativas fundamentadas em práticas comerciais históricas, contratos firmados com clientes e expectativas futuras de atingimento de metas. Os valores estimados são reconhecidos no momento da receita, conforme os critérios estabelecidos pelo CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, e revisados periodicamente pela Administração. 2.8. **Estoque:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado, basicamente, da seguinte forma: • **Materias-primas** – ao custo médio ponderado de aquisição. • **Produtos acabados e em elaboração** – estes estoques estão valorizados ao custo real de produção, sendo que nestes custos estão incluídos os custos de matérias-primas, de mão de obra direta e os diretos e indiretos de fabricação (com base na capacidade operacional normal). As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado, líquido dos impostos incidentes, no curso normal dos negócios, deduzidos das despesas comerciais variáveis aplicáveis. 2.9. **Investimentos:** O investimento da Companhia em controladas e controladas é avaliado com base no método da equivalência

continua...

... continuação

patrimonial, para fins de demonstrações financeiras da controladora. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em controladas e controladas é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária nas controladas e controladas. A participação societária nas controladas e controladas é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controlada. As demonstrações financeiras das controladas e controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as da Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em suas controladas e controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento em controlada sofreu perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável das controladas e controladas e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

2.10. Imobilizado: Está demonstrado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, de acordo com as taxas divulgadas na nota explicativa nº 11. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados como imobilizado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada usando o método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, como segue:

Anos de vida útil estimada em anos	
Edifícios e benfeitorias	10 a 30
Máquinas, equipamentos e instalações	5 a 20
Veículos	5
Móveis, utensílios e equipamentos de escritório	3 a 10

Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de depreciação, na vida útil e a vida útil dos ativos e a depreciação desse ativo é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso.

2.11. Ativos intangíveis: a) **Ativos intangíveis adquiridos separadamente:** Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulado, quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa (UGC). A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. b) **Ativos intangíveis gerados internamente (gastos com pesquisa e desenvolvimento):** Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas no resultado quando incorridos. Já os gastos com desenvolvimento são reconhecidos como ativo intangível quando a Companhia demonstra que é tecnicamente viável concluir o projeto para uso ou venda, que a Administração tem a intenção e os recursos técnicos e financeiros para completá-lo, que o ativo gerado poderá ser utilizado ou vendido, que é provável que gerará benefícios econômicos futuros e que os custos podem ser mensurados com confiabilidade. Caso esses critérios não sejam atendidos, os gastos com desenvolvimento são reconhecidos como despesa. Ressalta-se que gastos inicialmente reconhecidos como despesa não podem ser reclassificados como ativo em momento posterior. Os ativos intangíveis reconhecidos com base em gastos de desenvolvimento são amortizados pelo método linear, a partir do momento em que entram em operação, ao longo do período estimado de geração dos benefícios econômicos. c) **Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios:** Nas demonstrações financeiras, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ativo são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis adquiridos em combinação de negócios são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulado, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente. d) **Baixa de ativos intangíveis:** Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perdas resultantes do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do exercício.

2.12. Perda no valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment"): A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa (UGC) é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuir. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa (UGC). Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado. A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

2.13. Combinações de negócios: Nas demonstrações financeiras, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pela Companhia, dos passivos incorridos pela Companhia na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos. Na data de aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo. O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis.

2.14. Passivos financeiros: 2.14.1. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "Passivos financeiros ao custo amortizado". 2.14.2. **Passivos financeiros ao custo amortizado:** Os outros passivos financeiros ao custo amortizado (incluindo empréstimos e financiamentos e forne-

cedores) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e outros valores pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. 2.14.3. **Baixa de passivos financeiros:** Passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. 2.14.4. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados ao valor líquido e apresentados no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 2.15. **Ativos de direito de uso e arrendamentos:** A caracterização de um contrato como (ou se ele contém) um arrendamento mercantil está baseada na substância do contrato na data do início de sua execução. O contrato é (ou contém) um arrendamento caso o cumprimento deste contrato seja dependente da utilização de um ativo (ou ativos) específico(s) e o contrato transfere o direito de uso de um determinado ativo (ou ativos), mesmo se este ativo (ou estes ativos) não estiver(em) explicito(s) no contrato. A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia, como arrendatária, aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo: Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação ou uma mudança no prazo do contrato.

2.16. Outros ativos e passivos: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.17. Provisões: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. a) **Provisão para custos de reestruturação:** Provisões para custos de reestruturação são reconhecidas somente quando a Companhia possui uma obrigação construtiva, o que ocorre quando: (i) tiver um plano formal detalhado para a reestruturação, identificando o negócio ou parte do negócio em questão, os principais locais, funções e empregados afetados, a estimativa detalhada dos custos associados e a linha do tempo para sua execução; e (ii) os empregados afetados tenham sido notificados dos principais aspectos do plano. b) **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 25, provisões são constituídas para contingências relacionadas a processos judiciais quando é provável que uma saída de recursos será necessária para liquidar a obrigação, quando uma estimativa confiável do valor pode ser feita. A avaliação da probabilidade de perda é realizada com base em uma análise criteriosa das seguintes evidências: • A hierarquia das leis aplicáveis ao caso; • Jurisprudências disponíveis e decisões judiciais mais recentes; • A relevância dessas decisões no contexto do ordenamento jurídico vigente; • Avaliações e pareceres de advogados externos especializados; • Revisão e Ajustes das Provisões. As provisões são revisadas regularmente e ajustadas para refletir quaisquer alterações nas circunstâncias. Para contingências classificadas como de perda possível, não são constituídas provisões, mas são divulgadas em nota explicativa. Contingências avaliadas como de perda remota não são provisionadas nem divulgadas. No exercício findo de 2024, não há provisões constituídas para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. A Companhia continua monitorando seus processos judiciais e administrativos e revisará suas provisões conforme necessário para assegurar a conformidade com as normas contábeis aplicáveis e a transparência nas suas demonstrações financeiras. c) **Passivos contingentes reconhecidos em uma combinação de negócios:** Um passivo contingente reconhecido em uma combinação de negócios é inicialmente mensurado ao valor justo. Subsequentemente, é mensurado entre o maior valor que seria reconhecido de acordo com a política contábil de provisões acima (CPC 25) ou o valor inicialmente reconhecido menos, quando for o caso, a amortização acumulada reconhecida de acordo com a política de reconhecimento de receita.

2.18. Benefícios a funcionários: a) **Obrigações de pensão:** A Companhia patrocina planos de previdência dos tipos contribuição definida e benefício definido. Para os planos de contribuição definida, a Companhia paga contribuições a planos de pensão de administração privada em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. O passivo reconhecido pela Companhia no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da

obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. Os ganhos e as perdas atuariais resultantes das alterações nas avaliações atuariais dos planos de pensão, cujas obrigações atuariais ou ativos atuariais são registrados pela Companhia, são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. Desde 2022, o plano de benefício definido está fechado para novos colaboradores, que podem optar em participar do plano de contribuição definida. b) **Participação nos lucros e bônus:** A Companhia realiza provisões mensais relacionadas à participação nos lucros, com base em estimativas dos valores a serem distribuídos, considerando os critérios estabelecidos em acordos ou programas internos. O valor final é ajustado, quando necessário, no encerramento do exercício, momento em que é possível mensurar o valor com maior confiabilidade. c) **Plano de saúde:** A Companhia mantém planos de assistência à saúde pós-aposentadoria – Lei nº 9.656/98, plano de saúde pós-aposentadoria para ex-funcionários, plano de saúde para pensões, bem como plano de saúde destinado a empregados e respectivos dependentes. Na apuração dos passivos e custos dos planos de saúde pós-aposentados para ex-funcionários, de assistência à saúde pós-aposentadoria e plano de saúde para pensões, foram adotadas hipóteses e premissas atuariais aprovadas pela Companhia, bem como o método atuarial Crédito Unitário Projetado conforme mencionado na nota explicativa nº 24. 2.19. **Reconhecimento da receita:** A Companhia reconhece receitas quando satisfaz a obrigação de transferir o bem ou serviço (ativo) prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido quando o cliente obtém o controle deste ativo. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. a) **Vendas de produtos:** A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas: (i) identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho contratadas; (iii) determinação do preço de transação; (iv) alocação do preço às obrigações de desempenho; e (v) reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas. As receitas não são reconhecidas se a sua realização for incerta. Mais resumidamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando ocorre a transferência do controle dos produtos para o comprador. b) **Vendas de serviços:** As vendas de serviços a terceiros compreendem basicamente a venda de serviços compartilhados, tal como serviço de condomínio industrial (segurança, tratamento de efluentes, portaria, administração geral), dentro do complexo fabril situado em Paulínia. As vendas de serviços são reconhecidas no exercício em que os serviços são prestados. c) **Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa de juros efetiva.

2.20. Tributação: As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquota
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	4% a 18%
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados	0,5% a 25%
ISS – Imposto sobre Serviços	5%
PIS – Programa de Integração Social	1,65%
COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	7,60%

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. 2.20.1. **Imposto de renda e contribuição social corrente:** A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. 2.20.2. **Imposto de renda e contribuição social diferido:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. Adicionalmente, passivos fiscais diferidos não são reconhecidos se a diferença temporária for resultante de reconhecimento inicial de ágio. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias tributáveis associadas a investimentos em controladas, controladas e participações em "joint ventures", exceto quando a Companhia for capaz de controlar a reversão das diferenças temporárias e quando for provável que essa reversão não irá ocorrer em um futuro previsível. Os impostos diferidos ativos originados de diferenças temporárias dedutíveis relacionadas a tais investimentos e participações

somente são reconhecidos quando for provável que haverá lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias possam ser utilizadas e quando for provável sua reversão em um futuro previsível. O saldo dos impostos diferidos ativos é revisado no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os impostos correntes e diferidos são originados da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios. 2.21. **Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo são descontados a valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e quando a relação entre o custo e o benefício da informação gerada for considerada adequada. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. 2.22. **CPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro:** A Interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte: • Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente; • As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais; • Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; e • Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e considera a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A Administração da Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de imposto de renda. Considerando que a Companhia atua em um ambiente multinacional complexo, avaliou se a Interpretação teve impacto em suas demonstrações financeiras. Após a adoção da Interpretação, a Administração da Companhia considerou se possui posições fiscais incertas, particularmente as relacionadas a preços de transferência. As declarações tributárias da Companhia em diferentes jurisdições incluem deduções relacionadas a preços de transferência e as autoridades fiscais podem questionar esses tratamentos fiscais. A Companhia determinou, com base em seu estudo de conformidade tributária e de preços de transferência, que é provável que seus tratamentos fiscais (incluindo os aplicados às subsidiárias) serão aceitos pelas autoridades fiscais. A Interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. 2.23. **Questões climáticas:** O Grupo Syngesso, o qual a Companhia está inserida reconhece que os riscos relacionados às mudanças climáticas, incluindo riscos físicos e riscos de transição, podem impactar seus negócios, operações e demonstrações financeiras. Em linha com a orientação do IASB e as expectativas crescentes dos stakeholders, o grupo avaliou os potenciais impactos financeiros de questões climáticas como parte do processo de gestão de riscos e da preparação das demonstrações financeiras. Durante o exercício de 2024, o grupo Syngesso realizou uma análise de cenários climáticos com o objetivo de identificar riscos e oportunidades materiais relacionados ao clima. Essa análise abrangeu riscos de transição, como mudanças regulatórias e de mercado em função da descarbonização da economia, bem como riscos físicos, como eventos climáticos extremos e alterações graduais nas condições ambientais. O estudo foi focado nas unidades operacionais com maior emissão de gases de efeito estufa (escopos 1, 2 e 3), e considerou diferentes horizontes temporais e cenários climáticos, incluindo projeções da International Energy Agency (IEA) e do Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC). Os impactos financeiros potenciais foram avaliados com base em critérios de materialidade, abrangendo efeitos em custos operacionais, cadeias de suprimento, resiliência de ativos físicos e dinâmica de mercado. Não foram identificados efeitos contábeis materiais decorrentes de riscos climáticos que demandassem ajustes ou reclassificações. No entanto, o grupo Syngesso continuará monitorando esses aspectos e revisará suas premissas contábeis conforme novas informações se tornem disponíveis ou conforme se alterem as circunstâncias de risco climático e, eventuais ajustes serão refletidos nas demonstrações da Companhia, caso aplicável. 2.24. **Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2024 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 02/09/2025



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



<

TEC LAB Medicina Diagnóstica S/A

CNPJ/MF nº 51.131.969/0001-32 – NIRE 35.300.319.354

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de janeiro de 2025

Aos vinte e dois dias do mês de janeiro de 2025 às 10:00h na sede social da companhia localizada na Avenida Lucas Nogueira Garcez nº 929, Jardim do Mar, São Bernardo do Campo-SP, Cep 09750-670, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária os acionistas da empresa **TEC LAB Medicina Diagnóstica S/A**. Pelas assinaturas lançadas no Livro Registro de Presença de Acionistas, verificou-se a presença de acionistas representando a totalidade do Capital Social, propiciando funcionamento da Assembleia Geral Extraordinária independentemente de convocação, ex vi do disposto no § 4.º do artigo 133 da Lei nº 6.404/76, sendo então aclamado para presidir os trabalhos o Sr. Luiz Carlos de Angelis Junior, qual indicou a mim Sr. Eduardo Ferrari, para secretário. Aberta a sessão, expôs o presidente que a Assembleia objetivava deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **1)** Alteração de Atividade da Matriz; **2)** Consolidação do Estatuto Social em conformidade com o deliberado em Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida nesta data; **3)** Outros assuntos de interesse da sociedade. Iniciados os trabalhos: **1)** Por unanimidade dos presentes foi aprovada a alteração do objeto social das atividades da matriz sob CNPJ/MF sob nº 51.131.969/0001-32 situada a Avenida Lucas Nogueira Garcez nº 929, Jardim do mar, CEP.09750-670, São Bernardo do Campo-SP, Estado de São Paulo, permanecendo a atividade principal e alterado a atividade secundária, passando **de: 51.131.969/0001-32 – NIRE 35.300.319.354. Endereço: Avenida Lucas Nogueira Garcez, nº 929, Jardim do Mar – São Bernardo do Campo-SP. CEP 09750-670. Tecnolab:** 86.40-202 Laboratórios clínicos; 86.30-5-02 Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares; 86.40-2-01 Laboratórios de anatomia patológica e citológica; 86.40-2-04 Serviços de tomografia; 86.40-2-05 Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia; 86.40-2-06 Serviços de ressonância magnética; 86.40-2-07 Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética; 86.40-2-08 Serviços de diagnóstico por registro gráfico – ECG, EEG e outros exames análogos; 86.40-2-09 Serviços de diagnóstico por métodos ópticos – endoscopia e outros exames análogos; 86.40-2-99 Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica não especificadas anteriormente. **Para: 51.131.969/0001-32 – NIRE 35.300.319.354. Endereço: Avenida Lucas Nogueira Garcez, nº 929, Jardim do Mar – São Bernardo do Campo-SP. CEP 09750-670. Tecnolab:** 86.40-202 Laboratórios clínicos; 86.30-5-02 Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares; 86.30-5-06 Serviços de vacinação e imunização humana; 86.40-2-01 Laboratórios de anatomia patológica e citológica; 86.40-2-04 Serviços de tomografia; 86.40-2-05 Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia; 86.40-2-06 Serviços de ressonância magnética; 86.40-2-07 Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética; 86.40-2-08 Serviços de diagnóstico por registro gráfico – ECG, EEG e outros exames análogos; 86.40-2-09 Serviços de diagnóstico por métodos ópticos – endoscopia e outros exames análogos; 86.40-2-99 Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica não especificadas anteriormente. **2)** Consolidação do Estatuto Social. **Estatuto Social TEC LAB Medicina Diagnóstica S/A. Capítulo I – Da Denominação, Sede, Foro, Objeto e Prazo. Artigo Primeiro.** Sob a denominação social de **TEC LAB Medicina Diagnóstica S/A**, também conhecida pelos nomes fantasia por Tecnolab Medicina Diagnóstica, Tecnolab Análises Clínicas ou ainda **Tecnolab** fica constituída uma Sociedade Anônima, que se regerá pelo disposto neste Estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo Segundo.** A Companhia tem sua sede e fora do cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, na Avenida Lucas Nogueira Garcez nº 929, Jardim do Mar, CEP 09750-670, podendo, a critério da diretoria, abrir e encerrar estabelecimentos, sucursais, filiais, escritórios, depósitos, agências, postos de serviços ou subsidiárias em qualquer parte do território nacional ou estrangeiro e associar-se com terceiros, pessoas físicas ou jurídicas. **Parágrafo Primeiro:** A Companhia desenvolve as atividades administrativas, análises clínicas, provas biológicas, atividades afins, diagnose e terapia. **Parágrafo Segundo:** A Companhia possui as seguintes unidades sede e filiais, com respectivos Cadastros Nacionais de Pessoas Jurídicas e endereços: **51.131.969/0001-32 – NIRE 35.300.319.354. Endereço: Avenida Lucas Nogueira Garcez, nº 929, Jardim do Mar – São Bernardo do Campo-SP. CEP 09750-670. Tecnolab:** 86.40-202 Laboratórios clínicos; 86.30-5-02 Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares; 86.30-5-06 Serviços de vacinação e imunização humana; 86.40-2-01 Laboratórios de anatomia patológica e citológica; 86.40-2-04 Serviços de tomografia; 86.40-2-05 Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia; 86.40-2-06 Serviços de ressonância magnética; 86.40-2-07 Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética; 86.40-2-08 Serviços de diagnóstico por registro gráfico – ECG, EEG e outros exames análogos; 86.40-2-09 Serviços de diagnóstico por métodos ópticos – endoscopia e outros exames análogos; 86.40-2-99 Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica não especificadas anteriormente. **51.131.969/0002-13 – NIRE 35.902.878.319. Endereço: Rua Caucaso nº 809, Parque Novo Oratório – Santo André-SP. CEP 09260-010. Tecnolab Unidade X:** 86.40-2-02 Laboratórios clínicos; 86.40-2-05 Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia; 86.40-2-06 Serviços de ressonância magnética; 86.40-2-07 Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética. **51.131.969/0003-02 – NIRE 35.902.878.327. Endereço: Avenida Francisco Prestes Maia nº 121, Centro – São Bernardo do Campo-SP. CEP 09770-000. Tecnolab Unidade II:** 86.40-2-02 Laboratórios clínicos; 86.30-5-02 Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares; 86.40-2-05 Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia; 86.40-2-07 Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética; 86.40-2-08 Serviços de diagnóstico por registro gráfico – ECG, EEG e outros exames análogos. **51.131.969/0004-85 – NIRE 35.902.878.3385. Endereço: Rua Regente Feijó nº 232, Sala Administrativa, Vila Conceição – Diadema-SP. CEP 09910-770. Tecnolab Unidade III:** 86.40-2-02 Laboratórios clínicos; 82-11-3-00 Serviços combinados de escritório e apoio administrativo. **51.131.969/0005-66 – NIRE 35.902.878.343. Endereço: Rua Stella Bruna Cecchi Nardelli nº 257, Centro – Ribeirão Pires-SP. CEP 09400-320. Tecnolab Unidade IV:** 86.40-2-02 Laboratórios clínicos; **51.131.969/0006-47 – NIRE 35.902.878.351. Endereço: Rua das Bandeiras nº 387, Bairro Jardim – Santo André-SP. CEP 09090-780. Tecnolab Unidade V:** 86.40-2-02 Laboratórios clínicos; **51.131.969/0007-28 – NIRE 35.902.878.360. Endereço: Rua Manoel Pedro Junior nº 38, Centro – Mauá-SP. CEP 09310-720. Tecnolab Unidade VI:** 86.40-2-02 Laboratórios clínicos; 86.30-5-02 Atividade médica ambulatorial com recurso para realização de exames complementares; 86.40-2-05 Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia; 86.40-2-07 Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética; 86.40-2-08 Serviços de diagnóstico por registro gráfico – ECG, EFG e outros exames análogos. **51.131.969/0008-09 – NIRE 35.902.878.378. Endereço: Avenida Senador Vergueiro nº 4070, Rudge Ramos – São Bernardo do Campo-SP. CEP 09603-000. Tecnolab Unidade VII:** 86.40-2-02 Laboratórios clínicos; 86.40-2-07: Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética. **51.131.969/0009-90 – NIRE 35.902.878.386. Endereço: Rua Walter Carlos Zanini nº 433, Complemento Fundos 443, Bairro Assunção – São Bernardo do Campo-SP. CEP 09810-280. Tecnolab Unidade VIII:** 86.40-2-02 Laboratórios clínicos; 86.30-5-02 Atividade médica ambulatorial com recurso para realização de exames complementares; 86.40-2-05 Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia; 86.40-2-06 Serviços de ressonância magnética; 86.40-2-07 Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética. **51.131.969/0010-23 – NIRE 35.903.557.770. Endereço: Rua José Benedetti nº 57, Bairro Santo Antônio – São Caetano do Sul-SP. CEP 09531-000. Tecnolab Unidade IX:** 86.40-2-02 Laboratórios clínicos; 86.30-5-02 Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares; 86.40-2-05 Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia; 86.40-2-07 Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética; 86.40-2-08 Serviços de diagnóstico por registro gráfico – ECG, EEG e outros exames análogos. **51.131.969/0011-04 – NIRE 35.904.384.623. Endereço: Rua Padre Manoel de Paiva nº 42, Complemento, A 58, Bairro Jardim – Santo André-SP. CEP 09070-230. Tecnolab Unidade XI:** 86.40-2-02 Laboratórios clínicos; 86.30-5-02 Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames; 86.40-2-04 Serviços de tomografia; 86.40-2-05 Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia; 86.40-2-06 Serviços de ressonância magnética; 86.40-2-07 Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética; 86.40-2-08 Serviços de diagnóstico por registro gráfico – ECG, EEG e outros exames análogos. **51.131.969/0012-95 – NIRE 35.904.881.287. Endereço: Rua Baffin nº 246, Jardim do Mar – São Bernardo do Campo-SP. CEP 09750-620. Tecnolab Unidade Administrativa:** 82.11-3-00 Serviços combinados de escritório e apoio administrativo; 53.20-2-02 Serviços de entrega rápida; 82.19-9-99 Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente. **51.131.969/0013-76 – NIRE 35.905.468.880. Endereço: Tecnolab Indico nº 779, Jardim do Mar – São Bernardo do Campo-SP. CEP 09750-601. Tecnolab Unidade Ocupacional:** 86.40-2-02 Laboratórios clínicos; 86.40-2-05 Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia; 86.40-2-08 Serviços de diagnóstico por registro gráfico – ECG, EEF e outros exames análogos; 86.40-2-99 Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica não especificados anteriormente; 86.50-0-03 Atividades de psicologia e psicanálise. **51.131.969/0014-57 – NIRE 35.905.468.871. Endereço: Rua Regente Feijó nº 232, Centro – Diadema-SP. CEP 09910-770. Tecnolab Unidade XIII:** 86.40-2-02 Laboratórios clínicos; 86.30-5-02. Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames; 86.40-2-07 Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética. **51.131.969/0015-38 – NIRE 35.905.893.041. Endereço: Rua Campos Sales nº 269, Vila Bocaina – Mauá-SP. CEP 09310-040. Tecnolab Unidade XIV:** 86.40-2-02 Laboratórios clínicos; 86.40-2-07 Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética; 86.40-2-08 Serviços de diagnóstico por registro gráfico – ECG, EEG e outros exames análogos. **51.131.969/0016-19 – NIRE 35 9 058930 5. Endereço: Rua Manoel Vaz nº 59, Complemento 1º Andar, Vila Alzira – Santo André-SP. CEP 09015-410. Tecnolab Unidade Hospital Santa Helena:** 86.40-2-02 Laboratórios clínicos. **51.131.969/0017-0-8 – NIRE 35 9 9. Endereço: Avenida Armando Italo Setti nº 331, Complemento Andar Térreo, Baeta Neves – São Bernardo do Campo-SP. CEP 09760-280. Tecnolab Unidade Maternidade Italo Setti:** 86.40-2-02 Laboratórios clínicos. **Artigo Terceiro.** A Companhia tem por objetivo social **serviços de diagnóstico por anatomia patológica e citopatológica, coleta de materiais biológicos, serviços de diagnóstico de laboratório clínico compreendendo análises clínicas, serviços de radiologia, serviços de medicina nuclear, serviços de endoscopia, serviços de diagnóstico em cardiologia, serviços de diagnósticos em otorinolaringologia, serviços de tomografia, serviços de ressonância magnética, métodos gráficos dinâmicos, atividades afins, bem como a participação societária em outras empresas, podendo adquirir ações e quotas representativas do capital social pertencentes a outras sociedades nacionais e internacionais; Artigo Quarto** – O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II – Do Capital Social e das Ações. Artigo Quinto** – O Capital Social é de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), representando cada ação o

valor de R\$1,00 (hum real), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 40.000.000 (quarenta milhões) de ações, todas ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma. **Parágrafo Primeiro** – As ações da Companhia poderão ser representadas por cadelas ou títulos múltiplos, dobrados, consoante a preferência de cada acionista, sendo que a despesa de substituição dos títulos múltiplos ou das cadelas correrão por conta do acionista, quando por ele solicitadas. **Parágrafo Segundo** – As ações ou seus títulos representativos, serão assinados pelo Diretor Presidente. **Artigo Sexto** – As ações poderão ser ordinárias e preferências e ambas poderão ser divididas em classes, consoante deliberações posteriores da assembleia. **Artigo Sétimo** – A cada ação ordinária nominativa, corresponde 1 (um) voto nas deliberações das assembleias gerais. **Artigo Oitavo** – Os acionistas terão preferência, em igualdade de condições e proporcionalmente às respectivas participações no capital social, à aquisição de ações da Companhia. A preferência incidirá em qualquer forma de cessão, transferência, alienação ou oneração, direta ou indireta, das ações e/ou direitos a elas inerentes, bem como, na subscrição de novas ações do capital, conforme estabelecido nos parágrafos deste artigo. **Parágrafo Primeiro** – Caso algum terceiro venha a ingressar na Companhia, deverá, necessariamente, submeter-se ao presente Estatuto Social e a quaisquer acordos ou contratos celebrados pelos acionistas da companhia. **Parágrafo Segundo** – As disposições deste artigo também se aplicam, no que couber, ao direito de preferência em aumentos de capital da Companhia. **Artigo Nono** – Qualquer transferência de ações de emissão da companhia ou de direitos de preferência, bem como qualquer transferência direta ou indireta de propriedade da mesma, efetuadas em desacordo com as disposições do presente Estatuto Social, serão consideradas nulas e inoperantes em relação à companhia, aos demais acionistas e terceiros, de modo que, a diretoria recusará o pedido de registro de quaisquer transferências em desacordo com o presente Estatuto Social. **Artigo Décimo** – É vedado à Companhia ou a qualquer de seus Acionistas e/ou Diretores, gravar, conceder avais, fianças, ou de qualquer forma onerar, no todo ou em parte, as ações desta sociedade. **Capítulo III – Órgãos de Administração. Artigo Décimo Primeiro** – A Companhia poderá ter os seguintes órgãos de administração: Conselho de Administração e Diretoria. **Parágrafo Primeiro** – O Conselho de Administração é órgão de deliberação colegiada sendo a representação da Companhia privativa da Diretoria. **Parágrafo Segundo** – Os administradores da Companhia estão dispensados de prestar caução para a garantia de suas gestões. **Parágrafo Terceiro** – É expressamente vedado, e será nulo de pleno Direito, o ato praticado por qualquer Administrador, procurador ou funcionário da Companhia, que envolva em obrigações relativas a negócios e operações estranhas ao objeto social, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, se for o caso, que estará sujeito o infrator deste dispositivo. **Artigo Décimo Segundo** – A Assembleia Geral fixará anualmente o montante global da remuneração dos administradores da Companhia, cabendo ao Conselho de Administração, se esse estiver instalado, ou à Diretoria, em sua primeira Reunião realizada após a Assembleia Geral que fixar a remuneração dos administradores, estabelecer o rateio entre os Conselheiros e os Diretores, havendo Conselho de Administração ou apenas entre os Diretores, se somente existir Diretoria. **Parágrafo Primeiro** – Na eventualidade de ausência ou impedimento definitivo, incluindo morte, incapacidade ou renúncia de algum membro do Conselho de Administração, se esse estiver instalado, ou da Diretoria, se somente esse órgão estiver em funcionamento, que não do Presidente, o órgão funcionarão com os demais membros até a próxima Assembleia geral da companhia, oportunidade na qual deverá ser eleito substituto cujo mandato será pelo prazo que remanescer. **Parágrafo Segundo** – Ocorrendo ausência ou impedimento definitivo, incluindo morte, incapacidade ou renúncia do Presidente do Conselho, se esse estiver instalado, ou do Diretor Presidente, se somente existir Diretoria, este será substituído, temporariamente, pelo Vice-Presidente, devendo ser convocada uma Assembleia Geral, dentro de, no máximo, 30 (trinta) dias; para eleger, por maioria de votos, o substituto, que permanecerá no cargo até o fim do mandato do Presidente impedido ou ausente em definitivo. **Parágrafo Terceiro** – O acionista poderá participar e votar a distância, por teleconferência ou videoconferência, em assembleia geral, na forma da lei, conforme previsto no art.121, § único da Lei 6.404/76. **Artigo Décimo Terceiro – Conselho de Administração. Artigo 13.1** - O Conselho de Administração, se existir, tem função primordial de estabelecer as diretrizes fundamentais da política geral da sociedade, verificar e acompanhar a sua execução. Nesse sentido, compete privativamente ao Conselho de Administração: a) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; b) Aprovar e ratificar o "plano de negócios" das sociedades controladas, coligadas, bem como dos consórcios e associações e, ainda, a equivalência patrimonial das sociedades que faça parte com 10% (dez por cento) ou mais do capital social; c) Eleger, destituir, alterar o número de Diretores da Companhia e fixar-lhes atribuições, na forma do artigo 142, inciso II da Lei 6.404/76; d) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e documentos da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos; e) Convocar as Assembleias Gerais, Ordinárias e Extraordinárias; f) Manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; g) Manifestar-se previamente sobre os atos ou contratos que tenham valores superiores àqueles definidos anualmente nas reuniões do Conselho de Administração; h) Autorizar a abertura ou encerramento de escritórios e filiais, representações ou qualquer tipo de estabelecimento em qualquer localidade do País e no exterior; i) Estabelecer o rateio da remuneração de cada administrador, respeitado o limite global fixado pela Assembleia Geral; j) Determinar a distribuição interna dos serviços entre os Conselheiros, bem como, criar comitês, conceder a licença, remunerada ou não, aos Conselheiros ou Diretores; k) Autorizar a concessão, pela Companhia, de quaisquer garantias, fianças, avais, penhor mercantil ou hipotecas a quais só poderão ser concedidas em operações de interesse para a Companhia; l) Autorizar a venda, cessão, transferência, alienação a qualquer título, locação ou oneração de bens e direitos do ativo, incluindo bens imóveis e/ou direitos a eles relacionados, que tenham valores superiores àqueles definidos anualmente nas reuniões do Conselho de Administração; m) Contratação de empréstimos, financiamentos ou prestação de garantias, reais ou pessoais, que envolvam, isolada ou no conjunto de operações não liquidadas, valores superiores àqueles definidos anualmente nas reuniões do Conselho de Administração; n) Deliberar a respeito do levantamento de balanços semestrais ou, intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, na forma prevista em Lei; o) Deliberar a respeito do aumento do capital social, emissão de ações, partes beneficiárias, bem como distribuições aos que fizerem parte da gestão, respeitando a lei e o presente estatuto, emissão de debêntures e ações da Companhia dentro do limite do capital social autorizado; p) Deliberar a respeito da utilização dos recursos que integrem o fundo de liquidez respeitado as disposições legais e do presente Estatuto; q) Escolher ou destituir auditores independentes da Companhia e/ou subsidiárias, controladas ou coligadas, bem como indicar aos mesmos, diretrizes, normas e prazos a serem seguidos para a prestação de informações; r) Autorizar e ratificar a concessão de gravames, avais, fianças ou qualquer outro tipo de ônus em que haja interesse direto da companhia; s) Integrar e adequar as sociedades coligadas, controladas, subsidiárias à nova estrutura societária, bem como estabelecer a forma de comunicação entre elas, inclusive com a utilização dos instrumentos de tecnologia de informação disponíveis; t) Fixar o orçamento do Conselho Consultivo; u) Autorizar a composição, conciliação ou transação nos processos judiciais que envolvam valores superiores àqueles definidos anualmente nas reuniões do Conselho de Administração. **Artigo 13.2** Inexistindo Conselho de Administração, todas as suas atribuições passam a ser da Assembleia Geral e exercidas pela Diretoria. **Artigo 13.3** – O Conselho de Administração, se existir, será composto por 5 (cinco) Conselheiros. **Parágrafo Único** – A modificação do número inicial de membros do Conselho de Administração será deliberada pela Assembleia, pela aprovação de 51% (cinquenta e um por cento) do capital social. **Artigo 13.4** – Os membros do Conselho de Administração, quando existir, serão eleitos pela Assembleia Geral. **Parágrafo Primeiro** – A Companhia faculta aos representantes legais dos acionistas pessoas jurídicas participar do Conselho de Administração. Para tanto, as pessoas físicas indicadas pelos controladores das pessoas jurídicas acionistas serão eleitas pela Assembleia Geral, na forma do artigo décimo quarto, para ocupar os cargos de membro do Conselho de Administração. **Parágrafo Segundo** – Somente poderão ser indicados para o Conselho de Administração, pessoas de capacitação técnica comprovada e ilibada reputação. **Artigo 13.5** – O mandato dos Conselheiros, quando existir Conselho de Administração, será de 3 (três) anos, com direito a reeleições. **Parágrafo Primeiro** – Findo o mandato, os administradores permanecerão em seus cargos até a investidura de seus sucessores. **Parágrafo Segundo** – Os administradores serão investidos em seus cargos mediante assinatura do termo de posse a ser lavrado em livro próprio, observadas as disposições legais. **Artigo 13.6** – A saída, retirada ou exclusão do acionista da sociedade automaticamente implica na saída do mesmo do Conselho de Administração, quando esse órgão existir. **Artigo 13.7** – O Conselho de Administração, quando existir, reunir-se-á, ordinariamente, ao menos 1 (uma) vez por trimestre e extraordinariamente sempre que houver o critério da Assembleia Geral, e ainda, da maioria dos membros do Conselho. **Parágrafo Primeiro** – As reuniões ordinárias do Conselho de Administração poderão ser dispensadas mediante a expressa concordância de todos os Conselheiros em exercício. Caso a reunião ordinária trimestral tenha sido dispensada, o Conselho de Administração obrigatoriamente deverá reunir-se no trimestre seguinte, ou seja, não poderá a reunião ordinária subsequente ser dispensada. **Parágrafo Segundo** – As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo Presidente do órgão, ou pela maioria dos Conselheiros, mediante comunicação por qualquer meio, podendo inclusive ser eletrônico, desde que fique comprovado que os demais membros têm ciência inequívoca da pauta, data e hora da realização da reunião, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, a qual poderá ser dispensada em caso do comparecimento de todos. **Parágrafo Terceiro** – Para que se instale validamente a reunião do Conselho de Administração, é necessária a presença da maioria dos conselheiros. **Parágrafo Quarto** – Os membros do Conselho de Administração poderão participar de qualquer reunião do Conselho de Administração por meio de conferência telefônica, por e-mail, videoconferência ou por qualquer outro meio tecnológico existente, através dos quais todas as pessoas participantes da reunião possam ouvir as demais, e tal participação será considerada presença pessoal na referida reunião dispensada a reunião física dos Conselheiros em um mesmo local, desde que fique comprovado que os interessados participaram das deliberações e possam os votos ser comprovados. **Parágrafo Quinto** – As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria, sendo que cada conselheiro terá direito a um voto, independentemente de sua participação acionária. **Parágrafo Sexto** – Dos trabalhos e deliberações do Conselho de Administração será lavrada ata, no competente livro de reuniões do Conselho de Administração, que deverá ser assinada pelos presentes ou, ao menos, por tantos Conselheiros quantos bastem para perfar o quórum de aprovação. **Parágrafo Sétimo** – Os membros do Conselho de Administração que participaram da reunião por meio de conferência telefônica ou videoconferência que quiserem assinar a ata ou tiverem que assiná-la para perfar o quórum de aprovação, deverão pré-assinar a via que os demais Conselheiros lhe encaminharão por e-mail e retransmitir a mesma firmada à Companhia da mesma forma, comprometendo-se a assinar o original da ata lavrado em livro próprio dentro de, no máximo, 10 (dez) dias contados da realização da reunião. **Artigo Décimo Quarto** – O Conselho de Administração elegerá o seu próprio presidente e vice-presidente. **Artigo 14.1** – Compete ao presidente do Conselho de Administração, quando esse existir: a) Convocar e presidir as Assembleias dos acionistas; b) Convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração; c) Transmitir à Diretoria as decisões do Conselho e zelar pela sua execução; d) Indicar Diretor Executivo substituto nas ausências ou impedimentos temporários dos mesmos; e) Receber, em nome da Companhia, as "notificações de oferta" de ações. **Artigo 14.2** – Compete ao Vice-Presidente do Conselho de Administração, quando esse existir: a) Coordenar os comitês e trabalhos; b) Coordenar as relações com os acionistas; c) Nomear secretários; d) Substituir o presidente nas ausências ou impedimentos temporários. **Artigo Décimo Quinto – Diretoria. Artigo 15.1** – A Diretoria será composta de 2 (dois) Diretores, residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração, se esse estiver instalado, na primeira

reunião do respectivo órgão após a investidura de seus membros, ou pela Assembleia Geral, se não existir Conselho de Administração, para mandato de 3 (três) anos, com direito a reeleições. Dos Diretores, um será Diretor Presidente e um Diretor Vice-Presidente. **Artigo 15.2** – Os membros do Conselho de Administração, quando esse existir, poderão cumular cargos da Diretoria, desde que respeitado limite previsto no § 1º do artigo 143 da Lei das S/A. **Parágrafo Primeiro** – Nas ausências ou impedimentos temporários de qualquer Diretor, o Presidente do Conselho de Administração, quando esse existir, indicará o substituto para servir durante a ausência ou impedimento. O Diretor substituído exercerá todas as funções do Diretor substituído e terá, todos os poderes, deveres e direitos deste. **Parágrafo Segundo** – Ocorrendo ausência ou impedimento definitivo, incluindo morte, incapacidade ou renúncia, de qualquer Diretor, o Conselho de Administração, quando esse existir, reunir-se-á no máximo em 30 (trinta) dias após a ocorrência de ausências ou impedimento, para escolher substituto, podendo, no entanto, com exceção do cargo de Diretor Presidente, optar por deixar o cargo vago. Não havendo Conselho de Administração, a providência deve ser executada pela Assembleia Geral. **Artigo 15.3** – A Diretoria é o órgão executivo da Companhia, cabendo-lhe, dentro da orientação e atribuições de poderes traçados pelo Conselho de administração, quando esse existir, assegurar o funcionamento regular da sociedade, tendo poderes para praticar todos e quaisquer atos relativos aos fins sociais, exceto aqueles que por Lei ou pelo presente Estatuto Social sejam de competência de outro órgão ou dependam de prévia aprovação deste. **Artigo 15.4** – A Diretoria reunir-se-á ordinariamente, pelo menos 1 (uma) vez por trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação de seu Diretor Presidente. **Parágrafo Primeiro** – As reuniões ordinárias da Diretoria poderão ser dispensadas mediante a expressa concordância de todos os Diretores em exercício. Caso a reunião ordinária trimestral tenha sido dispensada, a Diretoria obrigatoriamente deverá reunir-se no trimestre seguinte, ou seja, não poderá a reunião ordinária subsequente ser dispensada. **Parágrafo Segundo** – As reuniões da Diretoria serão convocadas, mediante comunicação por qualquer meio, podendo inclusive ser eletrônico, desde que fique comprovado que os demais membros têm ciência inequívoca da pauta, data e hora da realização da reunião, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, a qual poderá ser dispensada em caso do comparecimento de todos. **Parágrafo Terceiro** – Para que a reunião possa se realizar, e validamente deliberar, é necessária a presença da maioria dos Diretores em exercício. **Parágrafo Quarto** – Em todas as reuniões da Diretoria é admitido que o Diretor ausente seja representado por um de seus pares, seja para a formação de quórum, seja para votação. **Parágrafo Quinto** – Os membros da Diretoria poderão participar de qualquer reunião da Diretoria por meio de conferência telefônica, por e-mail, videoconferência ou por qualquer outro meio tecnológico existente, através dos quais todas as pessoas participantes da reunião possam ouvir as demais, e tal participação será considerada presença pessoal na referida reunião dispensada a reunião física dos Diretores em um mesmo local, desde que fique comprovado que os interessados participaram das deliberações e possam os votos ser comprovados. **Parágrafo Sexto** – As reuniões da Diretoria serão lavradas em livro próprio e as deliberações serão aprovadas por maioria absoluta de votos dos Diretores, cabendo ao Diretor Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade. **Parágrafo Sétimo** – A ata deverá ser assinada pelos presentes e por tantos Diretores quantos bastem para perfar o quórum de aprovação. **Parágrafo Oitavo** – Os membros da Diretoria que participaram da reunião por meio de conferência telefônica que quiserem assinar a ata ou tiverem que assiná-la para perfar o quórum de aprovação, deverão pré-assinar a via que os demais Diretores lhe encaminharão por e-mail e retransmitir a mesma firmada à Companhia da mesma forma, comprometendo-se a assinar o original da ata lavrado em livro próprio dentro de, no máximo, 10 (dez) dias contados da realização da reunião. **Artigo 15.5** – Compete fundamentalmente aos Diretores: a) Zelar pela observância da Lei e deste Estatuto Social; b) Respeitar a política dos negócios fixada pelo Conselho de Administração; c) Coordenar o andamento das atividades normais da Companhia, incluindo a implementação das diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas em Assembleias Gerais, em reuniões do Conselho de Administração e nas suas próprias reuniões; d) Administrar, gerir e superintender os negócios sociais. Se os valores envolvidos forem superiores àqueles definidos anualmente nas reuniões do Conselho de Administração, deverão, primeiramente, obter a autorização do referido órgão; e) Emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários; f) Praticar outros atos que venham a ser especificados pelo Conselho de Administração; g) Representar a Companhia, na forma da lei e do Estatuto; h) Prestar contas de sua gestão trimestralmente ao Conselho de Administração, nas reuniões ordinárias do órgão. **Parágrafo Primeiro** – As atribuições específicas de cada Diretor serão determinadas pelo Conselho de Administração, quando esse existir, na mesma reunião em que forem eleitos os Diretores, ou, inexistindo Conselho de Administração, as atribuições específicas de cada Diretor serão definidas pelo Diretor Presidente. **Parágrafo Segundo** – A representação da Companhia, em Juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas ou autarquias, sociedades de economia mista, entidades paraestatais, instituições financeiras, públicas ou privadas e a assinatura de escrituras de qualquer natureza, as letras de câmbio, duplicatas, os cheques, as ordens de pagamento, os contratos e, em geral, quaisquer outros pagamentos ou atos que importem em responsabilidade ou obrigação para a sociedade, ou que, exponer de obrigações para com terceiros, incumbirão e serão obrigatoriamente praticados: a) pelo Diretor Presidente, sempre em conjunto com qualquer outro Diretor. **Artigo 15.6** – A saída, retirada ou exclusão do acionista da sociedade automaticamente implica na saída do mesmo da Diretoria. **Capítulo IV – Das Assembleias Gerais. Artigo Décimo Sexto** – Competem às Assembleias Gerais as atribuições que lhe são conferidas por lei e pelo presente Estatuto Social. **Artigo Décimo Sétimo** – As Assembleias Gerais realizar-se-ão, ordinariamente, no prazo de Lei e, extraordinariamente, sempre que o exigirem os interesses sociais, sendo permitida a realização simultânea de assembleias gerais ordinárias e extraordinárias. **Parágrafo Primeiro** – Os acionistas serão convocados na forma da Lei e notificados por escrito, da data, hora, local das assembleias gerais, sempre com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias da realização da assembleia, ficando, desde já, estabelecido que o prazo poderá ser reduzido ou dispensado se houver o comparecimento da totalidade dos acionistas à assembleia geral. **Parágrafo Segundo** – Da notificação acima, deverão constar, obrigatoriamente. A ordem do dia, bem como cópia das propostas que serão discutidas e somente a respeito dessa ordem do dia poderá haver deliberação, a menos que acionistas representando a totalidade do capital social concordem em discutir outros assuntos. **Artigo Décimo Oitavo** – As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Diretor Presidente, e instalar-se-ão em primeira convocação, exceto nos casos em que maior quórum for determinado por Lei, com a presença de acionistas representando, no mínimo 40% (quarenta por cento) do capital social com direito a voto, e com qualquer número, em segunda convocação. As deliberações, exceto nos casos previstos em lei ou neste estatuto social ou em acordo de acionistas devidamente arquivado na sede da companhia, serão tomadas pelos votos de acionistas representando a maioria absoluta dos presentes. **Parágrafo Primeiro** – As Assembleias Gerais serão instaladas e presididas pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência, por acionista escolhido por maioria absoluta dos presentes. Ao presidente da assembleia caberá a escolha de um secretário. **Parágrafo Segundo** – Os acionistas poderão ser representados nas assembleias gerais por procuradores, constituídos a menos de um ano, mediante procuração com poderes específicos, que ficará arquivada na sede da companhia. **Capítulo V – Do Conselho Fiscal. Artigo Décimo Nono** – A Companhia terá um conselho fiscal que somente será instalado quando solicitado por acionistas, na forma prescrita em lei. **Parágrafo Primeiro** – O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, será composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo 5 (cinco) conselheiros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral. **Parágrafo Segundo** – O funcionamento, a remuneração, competência, os deveres e as responsabilidades dos conselheiros obedecerão ao disposto na legislação em vigor. **Capítulo VI – Do Exercício Social dos Lucros e sua Distribuição. Artigo Vigesimo** – O exercício social coincidirá com o ano civil, iniciando-se em 01 de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício, serão elaboradas as demonstrações financeiras da companhia, com observância as disposições legais vigentes. As demonstrações financeiras serão apresentadas à assembleia geral, juntamente com a proposta de destinação do lucro líquido do exercício, observado o disposto em Lei e no presente estatuto social. **Parágrafo Primeiro** – Por proposta da diretoria, aprovada pelos acionistas, em face dos resultados apurados no balanço patrimonial referido no caput deste artigo poderão ser distribuídos dividendos intermediários. **Parágrafo Segundo** – Por proposta da diretoria aprovada pelos acionistas, em face dos resultados apurados no balanço patrimonial, referido no caput deste artigo, poderão ser distribuídos à conta de lucros acumulados ou de reserva e lucros existentes no último balanço anual ou semestral, observadas as disposições legais. **Parágrafo Terceiro** – Os dividendos não reclamados no prazo legal serão depositados na tesouraria da Companhia. **Capítulo VII – Da Dissolução e Liquidação. Artigo Vigesimo Primeiro** – A Companhia será dissolvida ou entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou por deliberação da assembleia geral. Compete à assembleia geral estabelecer a forma da liquidação e nomear o liquidante e o conselho fiscal, que deverão funcionar no período de liquidação, fixando seus poderes e estabelecendo suas remunerações conforme previsto em Lei. **Capítulo VIII – Das Disposições Gerais. Artigo Vigesimo Segundo** – Não poderão ser contratados para trabalhar na Companhia parentes e afins, consanguíneos e não consanguíneos de acionistas que não preencham os seguintes requisitos mínimos: a) curso universitário em faculdade de primeira linha; b) idade mínima de 25 (vinte e cinco) anos; c) realizado estágio fora da empresa, de, no mínimo, 3 (três) meses; d) experiência profissional em empresa de médio ou grande porte, na qual tenha ocupado por, no mínimo, 3 (três) anos cargo de nível gerencial ou direção. **Parágrafo Único** – Ainda que preencha os requisitos do caput, acionistas que detenham isolada ou conjuntamente 25% (vinte e cinco por cento) do capital social poderão vetar a contratação e, mesmo inexistindo veto, os pretendentes ao cargo não serão imediatamente admitidos. Deverão se submeter ao processo regular de seleção e recrutamento da companhia, sendo que se forem aprovados, passarão, ainda, necessariamente por período de experiência, de até 90 (noventa) dias, findo o qual, se a diretoria considerar satisfatório seu desempenho, poderá efetivá-lo. **Artigo Vigesimo Terceiro** – As partes enviairão todos os seus esforços para resolverem eventuais dúvidas na interpretação deste contrato diretamente e sem maiores formalidades, dentro dos princípios de boa-fé e caso mesmo assim perdurem as questões serão decididas na câmara de arbitragem da federação das indústrias de São Paulo (FIESP), nos termos de seu regulamento, em São Paulo-SP, na Av. Paulista, nº 1313 – 13.º andar, valendo a presente cláusula como compromisso, ora eleito, renunciando as partes a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja. **Parágrafo Primeiro** – Para os fins da presente cláusula, as partes renunciaram expressamente à jurisdição Estatal, prevalecendo jurisdição arbitral acima de qualquer outra, não compreendendo exceção. **Parágrafo Segundo** – Fica eleito o foro da Capital do Estado de São Paulo para executar a sentença arbitral. **Artigo Vigesimo Quarto** – Os casos omissos ou duvidosos neste Estatuto Social serão resolvidos pela assembleia geral, a eles aplicando-se as disposições legais vigentes. 4) Nenhum outro assunto foi pauta de discussão; sendo encerrada a Assembleia Geral Extraordinária. Reaberto os trabalhos, esta ata foi lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. Mesa: Luiz Carlos de Angelis – Presidente e Eduardo Ferrari – Secretário; Acionistas: Luiz Carlos de Angelis, Eduardo Ferrari, Alexandre Ferrari, Paulo Roberto El Kadre e Luiz Carlos de Angelis Junior. São Bernardo do Campo, 22 de janeiro de 2025. A presente Ata é cópia fiel da original lavrada no respectivo livro de Atas. Mesa: Luiz Carlos de Angelis Junior – Presidente da Mesa; Eduardo Ferrari – Secretário da Mesa. Acionistas Presentes: Luiz Carlos De Angelis; Eduardo Ferrari; Alexandre Ferrari; Paulo Roberto El Kadre; Luiz Carlos De Angelis Junior. Visto Advogada: Luciane Kelly Aguiar Marin OAB/SP 155.320. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 57.850/25-2 em 20/02/2025. Aloizio E. Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 02/09/2025

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Mikonos Participações S.A

(Em constituição)

Assembleia Geral de Constituição

1. Data, Hora e Local: Ao décimo primeiro dia do mês de abril de 2025, realizou-se, às 10 horas, na sede da Companhia, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 2369, Anexo 2355, CJ 1102, bairro Jardim Paulistano, na Cidade de São Paulo/SP, CEP 01.452-922, a Assembleia Geral de Constituição ora documentada. **2. Quórum de Instalação:** Estiveram presentes todos os acionistas subscritores do capital social, conforme assinaturas constantes do livro de Presença, conferidas com as assinaturas constantes do boletim de subscrição. **3. Mesa Diretora:** Os trabalhos foram presididos pelo **Sr. Jonathas Barbosa Moreira**, brasileiro, nascido em 04/02/1991, engenheiro de produção, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, inscrito no CPF sob o nº 100.692.536-84, portador do RG nº MG-12140269, expedido pela SSP/MG, residente e domiciliado na Rua Manoel Venâncio Martins nº 314, Apto 202, bairro Palmares, em Belo Horizonte/MG, CEP 31.155-700 ("Jonathas"), e secretariados pela **Sra. Adriana Batista Nunes**, brasileira, nascida em 25/09/1972, empresária, casada em regime de comunhão parcial de bens, inscrita no CPF sob o nº 000.831.806-99, portadora do RG nº 64355037-9, expedido pela SSP/SP, residente e domiciliada na Rua Portugal nº 64, bairro Jardim Europa, na cidade de São Paulo/SP, CEP 01446-020 ("Adriana"). **4. Ordem do Dia:** O Presidente procedeu à leitura do anúncio de convocação desta Assembleia e da respectiva ordem do dia, onde constavam as seguintes deliberações: **i.** Deliberar pela Constituição da Sociedade; **ii.** Deliberar pela aprovação do Estatuto Social de Constituição da Sociedade; **iii.** Deliberar pela Eleição da Diretoria. **iv.** Deliberar pela Eleição dos membros do Conselho Fiscal. A seguir foi feita a leitura do Projeto do Estatuto Social de Constituição da Sociedade (Anexo I), e do Boletim de Subscrição de Ações (Anexo II). **5. Declarações Preliminares do Presidente da Assembleia:** O Presidente da Mesa declarou que, estando presentes os representantes da totalidade das ações subscritas, deliberaram os presentes pela constituição da Sociedade. Que, assim sendo, submeteu aos presentes a pauta dos trabalhos, acompanhada do projeto do estatuto social em 03 (três) vias originais em igual teor e forma para a assinatura dos subscritores, e do boletim de subscrição das ações, também em 03 (três) vias. **6. Deliberações:** Examinadas e debatidas as matérias constantes da ordem do dia, foi deliberado, por unanimidade de votos de todos os subscritores e sem quaisquer restrições ou ressalvas: **i.** Aprovar a Constituição da Sociedade; **ii.** Aprovar o Estatuto Social que regerá a Companhia. O Capital Social da **Mikonos Participações S.A.** será de R\$1.000,00 (mil reais), subscrito em moeda nacional corrente e parcialmente integralizado, conforme Anexo II ao presente Instrumento. Deliberou-se pela subscrição de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia em moeda nacional corrente, perfazendo R\$1.000,00 (mil reais), representado por 1.000 (mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, dos quais procedeu-se à integralização, neste ato, de 10% (dez por cento) do valor total, perfazendo R\$100,00 (cem reais). O restante será integralizado em até 180 dias, contatos a partir da presente Assembleia. Foram aprovados, sem quaisquer ressalvas ou restrições, o Boletim de Subscrição e o valor total contemplando as ações subscritas e parcialmente integralizadas como Capital Social, conforme acordado por todos os acionistas fundadores da **Mikonos Participações S.A.** Os valores integralizados pertencem aos acionistas Jonathas e Adriana, previamente qualificados. **iii.** Aprovar a nomeação e posse de Jonathas, previamente qualificado, como Diretor Presidente da Companhia, para o mandato de 03 (três) anos, que terá início em 11/04/2025 para findar em 10/04/2028, permitida a reeleição por iguais períodos subsequentes. O diretor eleito declara, sob as penas da lei e expressamente, que não se acha incurso nas proibições de que trata a legislação de regência, pela prática de crimes nela previstos, impeditivos do livre exercício de atividades mercantis. A assinatura do diretor eleito na presente Ata é acompanhada pela formalização e assinatura de Termo de Posse (Anexo III) conforme disposto no §2º do Art. 14 do Estatuto Social. São neste ato fixados os honorários da diretoria em 01 (um) salário-mínimo vigente nesta data, devendo ser debitado na conta das despesas administrativas. **iv.** Aprovar que a eleição, nomeação e posse dos membros do Conselho Fiscal ocorrerão conforme prescreve o Estatuto Social da **Mikonos Participações S.A.**, mediante Assembleia Geral a ser marcada em momento oportuno. **7. Encerramento e Aprovação da Ata: Declarou** o Presidente da Mesa que, ante a aprovação das matérias agendadas, fica definitivamente constituída a **Mikonos Participações S.A.** e que, ao diretor eleito, compete a prática dos demais atos necessários à plena regularização da sociedade junto aos órgãos públicos competentes. Lida a presente ata, foi a mesma aprovada e assinada por todos os presentes na Assembleia, estando os documentos citados nesta devidamente autenticados pela Mesa, e ficando autorizada a sua lavratura em forma de sumário em quatro vias de igual teor e forma e para um só efeito. Estiveram presentes e assinam o presente instrumento o Presidente da Mesa/Diretor Presidente/Acionista, Jonathas Barbosa Moreira; a Secretária da Mesa/Acionista, Adriana Batista Nunes; e o advogado Leonardo de Lima Naves. São Paulo/SP, 11 de abril de 2025. **Jonathas Barbosa Moreira**, Presidente da Mesa/Diretor Presidente/Acionista. **Adriana Batista Nunes**, Secretária da Mesa/Acionista. **Leonardo de Lima Naves**, Advogado, OAB/MG 91.166. JUCESP/NIRE nº 35300673603 em 22/08/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I. Denominação Social e Sede. Artigo 1º. A denominação da Companhia será **Mikonos Participações S.A.**, e ela será regida pelas disposições deste Estatuto e da legislação vigente aplicável. **Artigo 2º.** A Companhia terá sua sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 2369, Anexo 2355, CJ 1102, bairro Jardim Paulistano, na Cidade de São Paulo/SP, CEP 01.452-922. **Parágrafo Único.** A Companhia não possui filiais, mas poderá abrir, manter ou encerrar, quando julgar conveniente, independente de autorização da Assembleia Geral, filiais e escritórios em qualquer parte do território nacional, atribuindo-lhes capital autônomo, se necessário, observada a legislação vigente sobre a matéria. **Artigo 3º.** A **Mikonos Participações S.A.** tem como objetivo social a participação no capital de outras sociedades. **Artigo 4º.** O início das atividades da Companhia se dará na data de assinatura do presente estatuto e o seu prazo de duração é por tempo indeterminado. **Capítulo II. Capital, Ações e Acionistas. Artigo 5º.** O capital social da Companhia, ora subscrito em moeda corrente nacional, é de R\$ 1.000,00 (mil reais), representado por 1.000 (mil) Ações Ordinárias Nominativas e sem valor nominal. O valor integralizado na data de constituição é de R\$ 100,00 (cem reais), e o restante será integralizado em até 180 dias a contar da data de realização da Assembleia Geral de Constituição. **§ 1.º** As ações que vierem a ser emitidas em decorrência de elevação do capital social, observadas as condições da lei e do presente estatuto, serão integralizadas em moeda corrente nacional, conferência e/ou incorporação de bens móveis e imóveis. **§ 2.º** Cada ação ordinária corresponde a 01 (um) voto nas deliberações da assembleia-geral. **Capítulo III. Assembleias Gerais. Artigo 6º.** As Assembleias Gerais serão ordinárias e extraordinárias e serão convocadas e realizadas na forma da lei e deste Estatuto. **§1.º** A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Sociedade e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. **§ 2.º** Compete privativamente à Assembleia Geral: I. Reformar o estatuto social; **II.** Eleger ou destituir, a qualquer tempo, os administradores e fiscais da Sociedade, ressalvado o disposto no inciso II do art. 142 da Lei 6.404/76; **III.** Torar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; **IV.** Autorizar a emissão de debêntures, ressalvado o disposto no § 1º do art. 59 da Lei 6.404/76; **V.** Suspender o exercício dos direitos do acionista; **VI.** Deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social; **VII.** Autorizar a emissão de partes beneficiárias; **VIII.** Deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da Sociedade, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; **IX.** Autorizar os administradores a confessarem falência e pedir recuperação judicial; e **X.** Fixar o montante da remuneração dos Diretores. **§ 3.º** A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á, anualmente, no prazo de até 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, para: I. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; **II.** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; **III.** Eleger os administradores e os membros do conselho fiscal, quando for o caso; **§4.º** A Assembleia Geral Extraordinária realizar-se-á sempre que houver justificativa e conveniência para tratar exclusivamente de assuntos objeto de sua convocação. **§5.º** A Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária poderão ser, cumulativamente, convocadas e realizadas no mesmo dia, hora e local, e instrumentadas em ata única.

Artigo 7º. As pessoas presentes na Assembleia Geral deverão provar a qualidade de acionistas da sociedade. Os titulares das ações ou seus representantes legais deverão exibir documento hábil de sua identidade ou representação. **Artigo 8º.** Antes de instalada a Assembleia Geral, os acionistas assinarão o "Livro de Presença de Acionistas", indicando o seu nome, nacionalidade e residência, bem como a quantidade, espécie e classe das ações de que forem titulares. **Artigo 9º.** Os trabalhos da Assembleia serão dirigidos por mesa composta de presidente e secretário, escolhidos pelos acionistas presentes. **Artigo 10º.** As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes, não se computando os votos em branco e ressalvas sobre as exceções previstas em lei. **Artigo 11º.** É necessária a aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, das ações com direito a voto, para deliberação sobre: I. Criação de ações preferenciais ou aumento de classe de ações preferenciais existentes, sem guardar proporção com as demais classes de ações preferenciais, salvo se já previstos ou autorizados pelo estatuto; **II.** Alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais, ou criação de nova classe mais favorecida; **III.** Redução do dividendo obrigatório; **IV.** Fusão da Sociedade, ou sua incorporação em outra; **V.** Participação em grupo de sociedades; **VI.** Mudança do objeto da Sociedade; **VII.** Cessação do estado de liquidação da Sociedade; **VIII.** Criação de partes beneficiárias; **IX.** Cisão da Sociedade; **X.** Dissolução da Sociedade. **Artigo 12º.** Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada, em livro próprio, ata assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes. Para validade da ata é suficiente a assinatura de quantos bastem para constituir a maioria necessária para as deliberações tomadas na Assembleia. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autênticas para os fins legais. **Artigo 13º.** Sempre que não houver a aprovação de todos os membros da Diretoria, competirá à Assembleia Geral autorizar ou não a alienação de bens integrados ao ativo permanente da sociedade, qualquer que seja seu valor, bem como a assunção de financiamentos internos e externos. **Capítulo IV. Título I. Administração da Sociedade. Artigo 14º.** A Sociedade será administrada pela Diretoria. A Diretoria, órgão executivo e administrativo, será composta por 01 (um) Diretor Presidente, a ser eleito ou destituído, a qualquer tempo, pela Assembleia Geral. **§1.º** Para o cargo de Diretor Presidente, serão observados pela Assembleia Geral, na eleição, os seguintes requisitos: ser pessoa natural, residente no país e acionista. **§2.º** O Diretor Presidente será investido em seu cargo mediante assinatura do Termo de Posse. Caso este não seja assinado pelo Diretor eleito no prazo de 30 (trinta) dias seguintes à eleição, esta tornar-se-á sem efeito, salvo justificativa aceita pela Diretoria. **Artigo 15º.** O prazo de gestão dos membros da Diretoria é de 03 (três) anos, expirando-se na data de Realização da Assembleia Geral Ordinária, no terceiro ano subsequente ao de sua eleição, sendo admitida a reeleição. **§1.º** O prazo de gestão estender-se-á até a investidura dos novos Diretores eleitos. **§2.º** Os membros da Diretoria estão dispensados da prestação de garantia de gestão. **Artigo 16º.** Compete à Diretoria: I. Assegurar o pleno funcionamento da sociedade, o cumprimento do presente Estatuto e das deliberações da Assembleia Geral, respeitada a legislação vigente; **II.** Preparar e apresentar à Assembleia Geral, anualmente, os relatórios das atividades sociais; **III.** Formular propostas que devam ser levadas à apreciação da Assembleia Geral; **IV.** Propor a criação, instalação e encerramento de filiais, sucursais, agências, escritórios ou depósitos; **V.** Propor a alienação de bens do ativo permanente da sociedade, a constituição de ônus reais e a assunção de financiamentos externos e internos, de qualquer natureza, observando o Artigo 13; **VI.** Praticar todos os atos necessários ao normal funcionamento da sociedade. **Artigo 17º.** Compete ao Diretor Presidente, isoladamente: I. Representar oficialmente a sociedade, ativa e passivamente em todas as suas relações, em Juízo ou fora dele podendo constituir procuradores; **II.** Assinar correspondência da sociedade; **III.** Assinar a emissão de ações e cheques, ordens de pagamento, ordens de créditos, títulos sacados contra a sociedade, endossos, caucões, recibos e quitações; **IV.** Assinar a emissão de ações, cautelas e debêntures de responsabilidade da sociedade; **V.** Assinar o Balanço, os Balanetes da sociedade e seus respectivos anexos; **VI.** Autorizar ou cancelar a locação de bens móveis, imóveis, a constituição de hipotecas, penhores, caucões ou quaisquer outras formas de garantia real; **VII.** Assinar os instrumentos de contrato em que a sociedade for parte interessada; **VIII.** Convocar e presidir as reuniões da Diretoria; **IX.** Convocar as Assembleias Gerais nos termos da lei e do presente instrumento; **X.** Ter sob sua guarda os livros e valores da sociedade; **XI.** Aprovar e orientar a política geral da sociedade. **XII.** Realizar a administração interna da sociedade, a política de pessoal e a gerência dos recursos de conformidade com as diretrizes emanadas da presidência, voltada sempre para os custos de oportunidade. **Artigo 18º.** Em caso de impedimentos ocasionais ou vacância definitiva do cargo de Diretor Presidente, caberá à Assembleia Geral indicar o substituto ou eleger o novo diretor, conforme a necessidade. **Artigo 19º.** Todos os documentos, atos e contratos que obriguem a Companhia deverão conter a assinatura do Diretor Presidente, isoladamente. **§1.º** É vedado o uso da denominação social em operações estranhas aos interesses sociais, tais como avais, fianças e endossos a favor de terceiros. **§2.º** É vedada a prática de atos que possam gerar perda para a Companhia em benefício pessoal dos acionistas. **Artigo 20º.** A sociedade poderá nomear procuradores para representá-la dentro dos limites dos poderes conferidos nos respectivos mandatos, que terão sempre prazo determinado e não superior a um ano, ressalvados apenas os instrumentos de mandatos para fins judiciais ou específicos que terão duração indeterminada. **Título II. Conselho Fiscal. Artigo 21º.** O Conselho Fiscal será composto de 03 (três) membros e igual número de suplentes, residentes no país, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral. **§1.º** O Conselho Fiscal será instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 1/10 (um décimo) das ações com direito a voto, e cada período de funcionamento, terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária após sua instalação. **§2.º** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger. **§3.º** O pedido de funcionamento do conselho fiscal, ainda que a matéria não conste do anúncio de convocação, poderá ser formulado em qualquer Assembleia Geral, que elegerá os seus membros. **Capítulo V. Do Exercício Social e Dividendos. Artigo 22º.** O exercício social terá seu término no dia 31 de dezembro de cada ano, oportunidade em que serão elaboradas as demonstrações financeiras, obedecidas às normas técnicas e legais aplicáveis. **Artigo 23º.** Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, a Diretoria apresentará proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício. **Artigo 24º.** O lucro líquido do exercício é o resultado remanescente após apuradas as deduções de que tratam os Artigos 25 e 26 do presente Estatuto. **Artigo 25º.** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos porventura acumulados e a provisão para Imposto de Renda e demais consecutários desta exação. **Artigo 26º.** Do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, 05% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social, destinada a assegurar a integridade do mesmo e que somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumento de capital. **Artigo 27º.** A Assembleia poderá, por proposta da Diretoria, destinar parte do lucro líquido à formação de reservas para contingências com a finalidade de compensar, em exercícios futuros, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado. **Artigo 28º.** Por Proposta da Diretoria, a Assembleia Geral poderá destinar parte do lucro líquido para constituição de reservas de lucros a realizar, nas hipóteses e limites da lei. **Artigo 29º.** Os acionistas têm direito a receber, como dividendos, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: I – cota destinada à constituição de reserva legal; II – importância destinada à formação para Reserva de Contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores e não utilizadas; III – lucros a realizar, transferidos para a constituição de Reserva de Lucros a realizar e Lucros anteriormente registrados nessa Reserva que tenham sido realizados no exercício. **Artigo 30º.** A Assembleia Geral deliberará sobre o destino a ser dado ao saldo que ficar, depois de fixado o dividendo. **Parágrafo Único.** A Companhia deliberará a respeito da distribuição dos resultados, o qual poderá ser distribuído aos Acionistas na proporção das respectivas participações no capital social ou em qualquer outra proporção, conforme o que vier a ser deliberado em Assembleia Geral Extraordinária. **Artigo 31º.** O dividendo previsto neste Estatuto não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da Administração informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da sociedade. **Artigo 32º.** Por deliberação da Assembleia Geral, mediante proposta da Diretoria, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente, poderá haver a divisão de dividendos inferiores ao estabelecido no Artigo 29 ou retenção de todo o lucro. **Artigo 33º.** A Diretoria poderá determinar a distribuição antecipada de dividendos, com base em balanço intermediário, ad referendum da Assembleia Geral, especialmente levantado para tal fim. **Capítulo VI. Da Dissolução, Liquidação e Extinção. Artigo 34º.** A sociedade entrará em dissolução, liquidação ou extinção nos casos previstos em lei. **§1.º** A Assembleia Geral nomeará o liquidante e determinará o modo de liquidação, elegendo um Conselho Fiscal que deve funcionar durante o período de liquidação. **Capítulo VII. Acordos de Acionistas. Artigo 35º.** Os Acordos de Acionistas devidamente registrados na sede da Sociedade que, dentre outras disposições, estabeleçam cláusulas e condições para compra e venda de ações de emissão da Sociedade, preferência para aquisições, exercício do direito de voto, ou poder de controle, serão respeitados pela Sociedade, por sua Administração e pelo Presidente das Assembleias Gerais. **Parágrafo Único.** As obrigações e responsabilidades resultantes de tais acordos serão válidas e obrigarão terceiros tão logo tais acordos tenham sido devidamente averbados nos livros de registro da Sociedade. Os administradores da Sociedade zelarão pela observância desses acordos e o Presidente da Assembleia Geral ou das reuniões da Diretoria, conforme o caso, deverão agir de acordo com o estabelecido em lei. **Capítulo VIII. Disposições Transitórias Artigo 36º.** Os casos omissos no presente Estatuto Social serão regidos pela Legislação atual vigente. **Artigo 37º.** As partes elegem a CAMARB - Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial – Brasil, como órgão institucional de solução extrajudicial de litígios, para dirimir quaisquer questões divergentes e/ou conflitos oriundos do presente Estatuto Social. Assinam o presente instrumento: o Presidente da Mesa/Diretor Presidente/Acionista, Jonathas Barbosa Moreira; a Secretária da Mesa/Acionista, Adriana Batista Nunes; e o advogado Leonardo de Lima Naves. São Paulo/SP, 11 de abril de 2025.

Frente Corretora de Cambio S.A.

CNPJ nº 71.677.850/0001-77 – NIRE 35300612469

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 05.05.2025

Data: 05 de maio de 2025, às 10:00 horas. **Local:** Sede social da **Frente Corretora de Câmbio S.A.** ("Companhia"), na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, 25º andar, Torre 4, Setor C, Escritório tipo XV nº 251, Cidade Monções, São Paulo - SP, CEP 04571-900. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em razão da presença dos acionistas detentores da totalidade das ações representativas do Capital Social da Companhia, nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), conforme assinaturas verificadas no Livro de Presença de Acionistas, arquivado na sede da Companhia. **Mesa:** Presidente: Daniela Fátima Bernardi Marchiori. Secretário: Ricardo Baracal Panariello. **Ordem do Dia:** **1.** Exame, discussão e votação acerca das demonstrações financeiras da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a saber: Balanço Patrimonial e as seguintes demonstrações: Resultado do Exercício; Resultado Abrangente; Mutações do Patrimônio Líquido; Fluxo de Caixa; Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes ("Demonstrações Financeiras"); **2.** Destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro 2024; e **3.** Eleição dos membros da Diretoria com a fixação de seus mandatos. **Considerações Preliminares: (i)** De acordo com o artigo 121, parágrafo único da Lei das S.A., essa Assembleia Geral foi realizada de maneira digital e os votos relativos às matérias acima, foram manifestados expressamente durante essa Assembleia, com a assinatura dos participantes de forma eletrônica através de sistema eletrônico com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a sua autoria e a integridade, na forma do §2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001; **(ii)** Aprovar a lavratura da presente ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º da Lei das S.A.; e **(iii)** Adicionalmente, tendo em vista a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, considerou-se sanada a falta de publicação dos anúncios previstos no artigo 133, da Lei das S.A., bem como a inobservância dos prazos referidos em tal artigo, nos termos do seu §4º. **Deliberações:** Após os esclarecimentos de que os documentos mencionados no **item "II)" da Ordem do dia** foram publicados, na íntegra, na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) no dia 28 de abril de 2025, cuja verificação é feita através do "Hash de Publicação- CA8443B7FB441B18333BB900D607995F07DDF4C", bem como disponibilizadas em seu sítio eletrônico, conforme previsto no artigo 294, da Lei das S.A. e da Portaria ME nº 12.071 de 07 de outubro de 2021, os acionistas, detentores da totalidade das ações ordinárias da Companhia, por unanimidade de votos e sem qualquer restrição, deliberaram o seguinte: **1.** Aprovar, sem ressalvas, todos os documentos mencionados no **item "I" da ordem do dia**. **2.** Aprovar a destinação do lucro líquido do exercício findo em 31.12.2024, no montante de R\$ 1.329.508,06 (um milhão, trezentos e vinte e nove mil, quinhentos e oito reais e seis centavos), a saber: **2.1.** Foram destinados a conta de Juro sobre Capital Próprio o montante de R\$ 620.000,00 (seiscentos e vinte mil reais) para ulterior deliberação dos Acionistas, nos termos da Cláusula 23 do Estatuto Social da Companhia; e **2.2.** Absorção de Prejuízo de Exercícios Anteriores no montante de R\$ 709.508,06 (setecentos e nove mil, quinhentos e oito reais e seis centavos). **3.** Eleger os membros, abaixo qualificados, para compor a diretoria da Companhia, para o mandato unificado de 3 (três) anos e que se estenderá até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária que se realizará no ano de 2028, a saber: **Diretora Presidente: Daniela Fátima Bernardi Marchiori**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 904.812.162-9-SSP-RS, inscrita no CPF sob nº 550.084.290-00, residente e domiciliada em São Paulo - SP, com endereço profissional na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, 25º andar, Torre 4, Setor C, Escritório tipo XV nº 251, Cidade Monções, São Paulo - SP, CEP 04571-900; **Ricardo Baracal Panariello**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 24.268.109-SSP-SP, inscrito no CPF sob nº 284.756.008-40, residente e domiciliado em Santos - SP, com endereço profissional na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, 25º andar, Torre 4, Setor C, Escritório tipo XV nº 251, Cidade Monções, São Paulo - SP, CEP 04571-900; e **Wagner Shoji Sato**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 91.854.362-SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 038.652.498-09, residente e domiciliado em São Paulo - SP, com endereço profissional na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, 25º andar, Torre 4, Setor C, Escritório tipo XV nº 251, Cidade Monções, São Paulo - SP, CEP 04571-900. **3.1.** Os diretores eleitos apresentaram as declarações de que não estão impedidos, por lei especial, de exercerem a administração da Companhia e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, a qual se encontra arquivada na sede da Companhia. **3.2.** Os Diretores ora eleitos serão investidos em seus respectivos cargos após: (i) homologação de suas eleições pelo Banco Central do Brasil, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis; e (ii) a assinatura dos termos de posse no livro próprio. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário a lavratura desta ata em livro próprio, a qual foi lida, aprovada e por todos assinada. As partes admitem como válida a assinatura do presente instrumento em formato eletrônico, por meio da plataforma eletrônica com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a sua autoria e a integridade, na forma do §2º do art. 10 da medida provisória nº 2.200-2/2001. **Acionistas Presentes:** Acionistas representando a totalidade das ações com direito a voto. São eles: Daniela Fátima Bernardi Marchiori; Ricardo Baracal Panariello; Altino Pavan; Travellex Banco de Câmbio S.A. (representada por seus diretores os Srs.(as.). Ana Cristina Ramos Tena e Christian R. T. Ster); Creogalea FIP Multiestratégia Investimento no Exterior (representada por Creogalea LLC - Reag DITVM S.A.); e Frontetech Servicos em Tecnologia da Infonnçãoa Ltda. (representada pela sócia-administradora a sra. Daniela Fátima Bernardi Marchiori). **Assinaturas:** Daniela Fátima Bernardi Marchiori como Presidente e Ricardo Baracal Panariello como Secretário. Confere com o original lavrado em livro próprio. São Paulo, 05 de maio de 2025. JUCESP nº 302.449/25-5 em 22/08/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Dock Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ/MF nº 13.370.835/001-85 – NIRE 35.300.391.306

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de agosto de 2025

Data, Hora e Local: No dia 04 de agosto de 2025, às 10:00 horas, na sede social da **Dock Instituição de Pagamento S.A.**, na Avenida Tamboré, 267, Torre Sul, Edifício Canopus Corporate, 27º andar, conjunto 271-A, Sala 2, Alphaville, Barueri/SP, CEP 06460-000, ("Companhia"). **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do § 4º do Art. 124 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."). **Mesa:** Presidente: Marcelo Prudência Jacques; e Secretário: Dúilio de Oliveira Beneduzzi. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre (I) a apreciação do pedido de renúncia à nomeação apresentado por membro indicado à Diretoria, cuja posse ainda não havia sido efetivada e (II) a ratificação da composição da Diretoria da Companhia e de seus respectivos mandatos. **Deliberações:** Examinadas e debatidas as matérias constantes da ordem do dia, os acionistas da Companhia decidiram, por unanimidade de votos e sem ressalvas: **(I) Pedido de renúncia.** Formalizar o pedido de renúncia apresentado pelo Sr. **Fabiano de Jesus Rustice**, brasileiro, solteiro, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 21672814, inscrito no CPF sob o nº 275.493.268-27, domiciliado à Avenida Tamboré, nº267, Torre Sul, Edifício Canopus Corporate, 27º andar, conjunto 271-A, Sala 2, Alphaville, Barueri/SP, CEP 06460-000, à nomeação ao cargo de Diretor sem designação específica, cargo este para o qual não tomou posse. Os acionistas da Companhia, neste ato, aceitam o pedido de renúncia apresentado pelo Sr. **Fabiano de Jesus Rustice** ao cargo de Diretor sem Designação Específica, cumprindo esclarecer que a **respectiva posse não se concretizou, uma vez que a renúncia ocorreu antes da aprovação da eleição pelo Banco Central do Brasil.** Atestam, ainda, que o referido nomeado não exerceu quaisquer funções, poderes ou representações perante terceiros na qualidade de membro da Diretoria Estatutária da Companhia no período compreendido entre sua nomeação e a presente renúncia. **(II) Ratificação da Diretoria.** Na medida em que o membro nomeado não tomou posse de seu cargo, oferecendo a renúncia acolhida conforme deliberação anterior, ratificar a composição da Diretoria da Companhia, bem como a vigência dos mandatos de todos os seus membros, os quais permanecem devidamente empossados e no exercício de suas atribuições nos termos a seguir previstos: **a. Antônio Carlos Soares Junior**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 9.436.053, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 093.016.138-67, como Diretor Presidente; **c. Henrique Antônio Casagrande Dias de Almeida**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade nº 1542434, expedida pela SSP/ES, inscrito no CPF sob o nº 086.507.457-76, como Diretor de Operações; e **Marcelo Prudência Jacques**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador de cédula de identidade RG nº 2263652, expedida pela SSP/DF, inscrito no CPF sob nº 012.324.191-09, como Diretor Financeiro. **g. Thiago Ferreira da Cunha**, brasileiro, casado, profissional em tecnologia da informação, portador da cédula de identidade RG nº 28994021, inscrito no CPF/MF sob nº 221.569.858- 63, para o cargo de Diretor Sem Designação Específica. Todos os acima indicados com domicílio à Avenida Tamboré, 267, 27º andar, conjunto 271-A, do Edifício Canopus Corporate Alphaville, Alphaville, CEP 06460-000, Barueri/SP. **Encerramento:** Foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e como ninguém o fez, foram encerrados os trabalhos e suspensa a assembleia pelo tempo necessário a lavratura desta ata em livro próprio. Reaberta a sessão, esta ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes Mesa. Marcelo Prudência Jacques – Presidente; e Dúilio de Oliveira Beneduzzi – Secretário. Acionistas Presentes: Antônio Carlos Soares Junior e Dock Tecnologia S.A. Barueri/SP, 04 de agosto de 2025. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. A presente ata foi assinada mediante assinatura eletrônica realizada por meio da plataforma online "D4sign" ou similar, de modo que os presentes declaram e reconhecem a validade, para todos os fins, da assinatura eletrônica da presente ata, a qual, uma vez assinada digitalmente, produzirá todos os seus efeitos de direito, ficando convencionado que a data de assinatura será aquela da efetiva realização da presente Assembleia Geral Extraordinária. **Mesa:** Marcelo Prudência Jacques – Presidente; Dúilio de Oliveira Beneduzzi – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 302.592/25-8 em 25/08/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Brasil Cash Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ/MF nº 30.507.541/0001-71 - NIRE 35.300.574.095

Edital de Convocação

Pelo presente Edital de Convocação, o Sr. **Maurício Caviglia**, Diretor Presidente da **Brasil Cash Instituição de Pagamento S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.507.541/0001-71, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.574.095 ("Companhia"), nos termos do Artigo 124, da lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), **convoca** todos os acionistas da Companhia a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada na sede da Companhia, localizada na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, nº 500, sala 402, Torre 2, Condomínio West Towers, Alphaville, CEP 06454-000, no próximo dia **12 de setembro de 2025, às 10:00**, em 1ª chamada, e às **11:00**, em 2ª chamada, no mesmo dia e endereço, para deliberarem acerca da seguinte ordem do dia: **(i) alteração** do endereço social da sede da Companhia; **(ii)** em se aprovando o item "i", **alteração** do Artigo 2º do Capítulo I do Estatuto Social da Companhia; **(iii)** o **aumento do capital social** da Companhia; **(iv)** em se aprovando o item "iii" acima, a **alteração** do Artigo 5º do Capítulo II do Estatuto Social da Companhia; e **(v)** a aprovação e consolidação do Estatuto Social da Companhia. Barueri - SP, 28 de agosto de 2025. **Maurício Caviglia** - Diretor Presidente. **(29, 30.08.2025 e 02.09.2025)**

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 02/09/2025



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Ouray Participações S.A.

CNPJ/ME nº 56.635.299/0001-05 - NIRE 35.300.644.328

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de agosto de 2024

Hora, Data, Local e Presença: Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de agosto de 2024, às 08:00 (oito) horas, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, 1748, cj. 1710, Cidade Monções, CEP 04571-000, reuniram-se em primeira convocação os fundadores da **Ouray Participações S.A.** ("Companhia"), subscritores da totalidade das ações emitidas pela Companhia nesta data. **Composição da Mesa:** Adriana de Fatima Alcides (Presidente). **Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de editais de convocação, nos termos do § 4º, artigo 124, da Lei Federal nº. 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("LSA"), por estarem presentes os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia ("Acionistas"), conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **Ordem do Dia:** Discutir e deliberar as seguintes matérias: (i) destituição do membro da Diretoria; (ii) eleição de membro da Diretoria da Companhia; (iii) Aprovar a alteração do objeto social da Companhia; (iv) Aprovar a alteração do Artigo do Estatuto Social que trata do objeto social da Companhia; (v) Aprovar a proposta de aumento do capital social da Companhia; (vi) Aprovar a alteração do Artigo do Estatuto Social que trata do capital social da Companhia; (vii) aprovar a alteração da denominação social da Companhia; (viii) aprovar a transferência de ações; e (ix) Aprovar a nova redação do Estatuto Social da Companhia. **Deliberações:** Foram deliberadas, à unanimidade de votos dos presentes, sem ressalvas e oposições, as seguintes matérias: (i) Aprovaram a destituição do atual Diretor da Companhia **Lauanda Kathleen Cardoso Gomes**, brasileira, casada, empresária, portadora da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) n.º 08676403901, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o n.º 395.924.948-94, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, 1748, cj. 1710, Cidade Monções, CEP 04571-000, o qual deixa de exercer tal cargo a partir da presente data. (ii) Aprovaram a eleição do novo Diretor Presidente da Companhia, **Adriana de Fatima Alcides**, brasileira, viúva, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 26.590.041-4 SSP/SP e no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o nº 182.133.198-26, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, 1748, cj. 1710, Cidade Monções, CEP 04571000, para ocupar o cargo de **Diretor Presidente** da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2027, permitida a reeleição, nos termos do Estatuto Social da Companhia. (iii) Aprovaram a alteração do objeto social da Companhia, de modo que passe a executar também as atividades de: (i) Gestão e Administração da Propriedade Imobiliária (CNAE: 68.22-6-00); (ii) Compra e Venda de Imóveis Próprios (CNAE: 68.10-2-01); (iii) Aluguel de Imóveis Próprios (CNAE: 68.10-2-02); (iv) Construção de Edifícios (CNAE: 41.20-4-00); (v) Serviços de Pintura de Edifícios em Geral (CNAE: 43.30-4-04); (vi) Obras de Acabamento (CNAE: 43.30-4-99); (vii) Obras de Alvenaria (CNAE: 43.99-1-03); (viii) Serviços Especializados Para Construção (CNAE: 43.99-1-99); (ix) Obras de Fundações (CNAE: 43.91-6-00); (x) Obras de Terraplanagem (CNAE: 43.13-4-00) e (xi) Locação de Máquinas e Equipamentos Sem Operador (CNAE: 77.39-0-02). (iv) Aprovaram a alteração do artigo 3º do Estatuto Social da Companhia, o qual, já refletindo a alteração do objeto social da Companhia supra aprovada, passará a vigorar com a redação que lhe é dada a seguir: **"Art. 3º** A Companhia tem por objeto social as atividades de (i) Holdings de instituições não-financeiras (CNAE: 64.62-0-00); (ii) Gestão e Administração da Propriedade Imobiliária (CNAE: 68.22-6-00); (iii) Compra e Venda de Imóveis Próprios (CNAE: 68.10-2-01); (iv) Aluguel de Imóveis Próprios (CNAE: 68.10-2-02); (v) Construção de Edifícios (CNAE: 41.20-4-00); (vi) Serviços de Pintura de Edifícios em Geral (CNAE: 43.30-4-04); (vii) Obras de Acabamento (CNAE: 43.30-4-99); (viii) Obras de Alvenaria (CNAE: 43.99-1-03); (ix) Serviços Especializados Para Construção (CNAE: 43.99-1-99); (x) Obras de Fundações (CNAE: 43.91-6-00); (xi) Obras de Terraplanagem (CNAE: 43.13-4-00) e (xii) Locação de Máquinas e Equipamentos Sem Operador (CNAE: 77.39-0-02). (v) Homologaram a proposta de aumento do capital social da Companhia, de R\$ 1.000,00 (mil reais), dividido em 1.000 (mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado, para R\$ 850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais), mediante a capitalização de R\$ 849.000,00 (oitocentos e quarenta e nove mil reais) ora proveniente da conta de reservas de capital da Companhia, sem a modificação do número de ações da Companhia. (vi) Aprovaram a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, o qual, já refletindo o aumento de capital supra aprovado, passará a vigorar com a redação que lhe é dada a seguir: **"Art. 5º** O capital social é de R\$ 850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais), dividido em 850.000 (oitocentos e cinquenta mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal." (vii) Aprovaram a alteração da denominação social da Companhia, atualmente de **Ouray Participações S.A. para Ouray Serviços S.A.** (viii) Aprovaram a transferência de ações realizada nesta data, ora lavrada no livro de registro de ações e livro de transferência de ações. (ix) Aprovaram a consolidação do Estatuto Social da Companhia, anexo a presente ata na forma de **Anexo I**; e o membro da Diretoria ora eleito assina neste ato o respectivo Termo de Posse, que integra a presente ata na forma do **Anexo II**, e que será lavrado no correspondente Livro de Registro de Atas de Reunião da Diretoria da Companhia no prazo de 30 (trinta) dias seguintes contados da realização da presente Assembleia, em conformidade com o disposto no parágrafo 1º do Artigo 149 da Lei nº 6.404/76. Ficou estabelecido que a remuneração da Diretoria será fixada em Assembleia Geral a ser realizada oportunamente na sede social da Companhia. **Encerramento:** Terminada a leitura, nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, como ninguém se manifestou, a assembleia foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura da Ata em livro próprio, nos termos do artigo 130 da Lei Federal nº 6.404/76, a qual, após lida e aprovada, foi assinada por todos os **Acionistas presentes**: Identificados na página nº 3 do Livro de Presença de Acionistas. A presente certidão é cópia fiel da Ata lavrada no Livro de Registro das Atas de Assembleia da Companhia, neste ato autenticada pelo Presidente e Secretária da Mesa: **Adriana de Fatima Alcides (Presidente)**. JUCESP nº 329.587/24-9 em 05/09/2024. **Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

BPC Participações e Produções Artísticas S.A.

CNPJ/MF nº 27.659.347/0001-05 - NIRE 35.300.589.297

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de julho de 2024

1. Data, Hora e Local: Aos 15 (quinze) dias de julho de 2024, às 10 horas, na sede social da BPC Participações e Produções Artísticas S.A., localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Aspicuelta, nº 422, Salas 51B, 52B e 61B, Vila Madalena, CEP 05.433-010 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), em virtude da presença da acionista titular da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura aposta no Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Petrónio Cunha Corrêa Neto, que convidou a Sra. Priscila Rebelo Galante para secretária-lo. **4. Ordem do Dia:** deliberar e decidir sobre (i) a alteração do nome da Companhia, e de seu endereço de sede, com a consequente alteração do Capítulo I – "Denominação Social, Sede, Objeto e Prazo", em seus artigos 1º e 2º, e, (ii) a lavratura desta Ata na forma de sumário, como faculta o artigo 130, § 1º da Lei das S.A. **5. Deliberações:** Após exame, análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, a acionista da Companhia, representando a totalidade das ações de emissão desta aprovou, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas, as seguintes deliberações: (a) Alterar o nome da Companhia, que de **BPC Participações e Produções Artísticas S.A.**, passa a ser denominada como **"30e Participações e Produções Artísticas S.A"**, permanecendo o seu nome fantasia, **"Thirty Entertainment"**. (b) Tendo em vista a mudança do local da administração e decisão dos negócios da Companhia, decidem alterar o endereço da sua sede, que passa a ser na **Avenida Francisco Matarazzo, nº 1.500 – 14º e 15º andar – São Paulo SP/ Torre Los Angeles – CEP: 05.001-100 – Bairro: Água Branca**. (c) ante as deliberações tomadas no item (b) retro, os presentes resolvem consolidar os endereços onde a Companhia mantém seus estabelecimentos, assim descritos: **Sede:** na cidade e Estado de São Paulo, Avenida Francisco Matarazzo, nº 1.500 – 14º e 15º andar/ Torre Los Angeles – CEP: 05.001-100 – Bairro: Água Branca. **Filial:** (I) na cidade de Manaus – Estado do Amazonas, na rua Salvador, nº 458 – sala 01, Adrianópolis, CEP 69057-040, nas quais são desenvolvidas atividades da Companhia, de acordo com seu objeto social. De forma que, consideradas as deliberações acima decididas, os Artigos 1º e 2º – Capítulo I do Estatuto Social da Companhia têm a sua redação alterada e passa a vigorar com o seguinte texto: **"Capítulo I – Denominação Social, Sede, Objeto e Prazo: Artigo 1º. A 30e Participações e Produções Artísticas S.A. ("Companhia") é uma sociedade constituída e organizada sob a forma de sociedade por ações, regida pelo presente Estatuto Social e pela legislação aplicável, em especial pela Lei das S.A., sendo seu nome fantasia "Thirty Entertainment".** **Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, na cidade e Estado de São Paulo, Avenida Francisco Matarazzo, nº 1.500, 14º e 15º andar/ Torre Los Angeles – CEP: 05.001-100 – Bairro: Água Branca. **Parágrafo Primeiro.** Por deliberação da Diretoria, a Companhia poderá abrir, encerrar e alterar o endereço de filiais, escritórios, sucursais, representações e depósitos, no país ou fora dele." **6. Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata, a qual, após haver sido lida e considerada, e conforme aprovada em todos os seus termos, foi assinada pela acionista da Companhia, juntamente com os membros da Mesa que a presidiu. **7. Assinaturas: Mesa: Presidente** – Petrónio Cunha Correa Neto. **Secretário** – Priscila Rebelo Galante. Certifico que a presente ata é cópia fiel daquela lavrada em livro próprio. São Paulo/SP, 15 de julho de 2024. (ass.) **Mesa:** Petrónio Cunha Correa Neto – Presidente; Priscila Rebelo Galante – Secretária. JUCESP – Registrado sob o nº 294.254/24-9 em 30/07/2024. **Maria Cristina Frei – Secretária Geral.**

GP Partnership S.A.

CNPJ nº 50.014.464/0001-25 - NIRE 35300611471

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da **GP Partnership S.A. ("Companhia")** a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se aos 04 dias de setembro de 2025, às 10:00 horas, na sede da Companhia, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Av. Copacabana, 325, 21º andar, sala 2106, Dezoito do Forte/Alphaville CEP 06.472-001, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia **(i)** exercício da Opção de Compra, pela Companhia, de ações preferenciais de sua emissão; **(ii)** cancelamento das ações preferenciais objeto da Opção de Compra mencionada no item "i". Barueri, 29 de agosto de 2025. **Thiago Lolkus Nigro, Presidente do Conselho de Administração.** (30/08, 02 e 03/09/2025)

Mobly S.A.

CNPJ/MF nº 31.553.627/0001-01 - NIRE 35.3.00561.20-1 – Companhia Aberta

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de março de 2025

1. Data, Hora e Local: No dia 28 de março de 2025, às 9 horas, de forma exclusivamente digital, sendo considerada como realizada na sede social da Mobly S.A. ("**Companhia**"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 16.737, Mezanino, sala 2, Várzea de Baixo, CEP 04730-090. **2 Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do artigo 13, e parágrafo 2º, do estatuto social da Companhia ("**Estatuto Social**"). O Sr. Marc Dominic Appelhoﬀ foi representado por procuração pelo Sr. Philipp Christopher Steinhäuser, que também atuou como presidente da reunião, nos termos do artigo 13, *caput* e parágrafo 6º do Estatuto Social. A formalização do registro da presença dos membros do Conselho de Administração se deu pelo Presidente e pela Secretária da mesa, mediante assinatura da presente ata. **3 Mesa: Presidente:** Philipp Christopher Steinhäuser; **S_ecretária:** Fabiana Franco Ferrarezi. **4 Deliberações:** Instalada a reunião do Conselho de Administração, após a discussão da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram: (...) (v) aprovar, por unanimidade de votos e sem ressalvas, a reeleição dos membros da Diretoria da Companhia, para mandato de 2 (dois) anos. Dessa forma, a Diretoria permanecerá composta pelos seguintes membros: (a) **Victor Pereira Noda**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 27.938.739-8 SSP/SP, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Fazenda ("**CPF/MF**") sob o nº 295.089.868-83, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 16.737, Mezanino, sala 2, Várzea de Baixo, CEP 04730-090, na qualidade de **Diretor Presidente**; (b) **Marcelo Rodrigues Marques**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 30.958.150-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 213.235.068-02, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 16.737, Mezanino, sala 2, Várzea de Baixo, CEP 04730-090, na qualidade de **Diretor Financeiro e de Relações com Investidores**; e (c) **Mário Carlos Fernandes Filho**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 30.244.215-7 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 218.011.158-42, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 16.737, Mezanino, sala 2, Várzea de Baixo, CEP 04730-090, na qualidade de **Diretor de Operações e Sistemas Logísticos**. Os Diretores ora reeleitos (i) serão investidos em seus cargos mediante a assinatura, nesta data, de termo de posse no livro próprio, para exercício dos seus respectivos mandatos, de forma unificada; e (ii) tomarão posse nos seus respectivos cargos mediante apresentação (a) do termo de posse, lavrado em livro próprio, contendo as declarações em atendimento à lei e à regulamentação em vigor; (b) da declaração de desimpedimento, para os fins do artigo 147 da Lei nº 6.404/1976 e da Resolução CVM nº 80/2022; e (c) da declaração dos valores mobiliários por eles eventualmente detidos de emissão da Companhia e de suas sociedades controladas ou do mesmo grupo, nos termos do artigo 157 da Lei nº 6.404/1976 e do artigo 11, parágrafo 4º, inciso II, da Resolução CVM nº 44/2021; (v) aprovar, por unanimidade de votos e sem ressalvas, a reeleição dos membros do Comitê de Auditoria, para mandato de 1 (um). Dessa forma, o Comitê de Auditoria permanecerá composto pelos seguintes membros: (d) **Alvaro Taiar Junior**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 69.678.138-4, inscrito no CPF/MF sob o nº 152.662.888-09, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 16.737, Mezanino, sala 2, Várzea de Baixo, CEP 04730-090; (e) **Donato de Abreu Ramos**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 16.775.056-2 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 108.103.007-02, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 16.737, Mezanino, sala 2, Várzea de Baixo, CEP 04730-090. Fica consignado que, para fins do disposto no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, o Comitê de Auditoria é composto pelo Sr. Donato de Abreu Ramos, membro independente do Conselho de Administração da Companhia, e pelo Sr. José Ecio Pereira da Costa Junior, membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária e coordenador do Comitê de Auditoria. Os membros do Comitê de Auditoria ora eleitos tomarão posse, nesta data, mediante apresentação do respectivo termo de posse, lavrado em livro próprio, contendo a declaração de desimpedimento aplicáveis. **5 Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, a qual foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **6 Assinaturas: Mesa:** Philipp Christopher Steinhäuser – *Presidente*; Fabiana Franco Ferrarezi – *Secretária*. **Membros do Conselho de Administração presentes:** Marc Dominic Appelhoﬀ (pp.), Philipp Christopher Steinhäuser, Victor Pereira Noda, Marcelo Rodrigues Marques, Fernando Cezar Dantas Porfírio Borges, Daniel Vinicius Alberini Schrickte, (Membro Independente) e Donato de Abreu Ramos (Membro Independente). *(Confere com a original lavrada em livro próprio).* São Paulo, 28 de março de 2025. **Mesa: Philipp Christopher Steinhäuser** – Presidente; **Fabiana Franco Ferrarezi** – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 301.734/25-2 em 21/08/2025. **Marina Centurion Dardani** – Secretária Geral.

BPC Participações e Produções Artísticas S.A.

CNPJ/MF nº 27.659.347/0001-05 - NIRE 35.300.589.297

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de setembro de 2023

1. Data, Hora e Local: Aos 06 dias do mês de setembro de 2023, às 10:00 horas, na sede social da **BPC Participações e Produções Artísticas S.A.**, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Aspicuelta, nº 422, salas 518, 528 e 618, Vila Madalena, CEP 05433-010 ("**Companhia**"). **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das S.A.**"), em virtude da presença dos acionistas titulares da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Petrónio Cunha Correa Neto, que convidou o Sr. Gilberto Soares da Silva Junior para secretária-lo. **4. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar sobre (i) a abertura de filial da Companhia na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas; e (ii) a consolidação do Estatuto Social. **5. Deliberações:** Após exame, análise e discussões das matérias constantes na Ordem do Dia, os acionistas da Companhia, representando a totalidade das ações de emissão da Companhia, aprovaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas, as seguintes deliberações, havendo-se autorizado a lavratura da presente ata na forma de sumário, como faculta o artigo 130, § 1º da Lei das S.A.: (i) a abertura de filial da Companhia, a qual localizar-se-á na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Rua Salvador, nº 458, sala 01, Adrianópolis, CEP 69057-040, tendo como objeto social as mesmas atividades desenvolvidas pela matriz da Companhia, a saber, a prestação de serviços de produção, promoção e a realização artística de eventos e shows em todo o território nacional, gestão, administração e a exploração de casas de espetáculos, gestão de carreira de músicos e artistas nacionais, captação de patrocínios, com ou sem incentivo fiscal para promoção de cultura e entretenimento, bem como a divulgação institucional de patrocinadores, intermediação de negócios em geral, exceto imobiliários, administração, guarda e/ou depósito de bens de terceiros, venda de ingressos para acesso a eventos e shows, próprios e de terceiros, em todo o território nacional, assim como a prestação de outros serviços de conveniência a esse público, prestação de serviço de publicidade e propaganda, criação, desenvolvimento, exploração de plataformas digitais, incluindo aplicativos, prestação de serviços de suporte aos aplicativos criados e desenvolvidos, bem como a prestação de serviços de reservas e outros serviços de turismo. Em razão da deliberação acima, ficam alteradas a Cláusula 2ª do Estatuto Social da Companhia, a qual passará a vigorar, nesta data, com a seguinte nova redação: **"Cláusula 2ª.** A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Aspicuelta, nº 422, salas 518, 528 e 618, Vila Madalena, CEP 05433-010. **Parágrafo Primeiro.** Por deliberação da Diretoria, a Companhia poderá abrir, encerrar e alterar o endereço de filiais, escritórios, sucursais, representações e depósitos, no país ou fora dele. **Parágrafo Segundo.** A Companhia possui 01 (uma) filial, localizada na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Rua Salvador, nº 458, sala 01, Adrianópolis, CEP 69057-040, cujos NIRE e CNPJ encontram-se em fase de obtenção." (ii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia que, considerando a deliberação acima, passa a vigorar com a redação constante no **Anexo I**. **6. Lavratura e Leitura da Ata:** Nada mais havendo para ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, ninguém se manifestando, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, a presente Ata foi lida, aprovada e assinada por todos os acionistas, juntamente com os membros da Mesa. **7. Assinaturas:** Mesa: Sr. Petrónio Cunha Correa Neto – Presidente; Gilberto Soares da Silva Junior – Secretário. Acionistas: 30E Holding Ltda. 30E Holding Ltda. Certifico que a presente ata é cópia fiel daquela lavrada em livro próprio. São Paulo, 06 de setembro de 2023. Mesa: **Petrônio Cunha Correa Neto** – Presidente; **Gilberto Soares da Silva Junior** – Secretário. Acionistas: **30E Holding Ltda.** Por: Petrónio Cunha Correa Neto Cargo: Diretor Presidente; **Bruna Vomero Correa.** Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 385.796/23-7 em 27/09/2023. **Maria Cristina Frei** – Secretária Geral.

Girotrade S.A.

CNPJ nº 04.820.606/0001-24 - NIRE 35.300.316.452

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2025

Data, Hora e Local: Realizada em 31 de julho de 2025, às 10 horas, na sede da Girotrade S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de Cajamar, Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, Km 43, Gleba 3, Galpão 200, Módulos C e D, Sítio dos Cristais, CEP 07784-775. **Convocação e Presenças:** Dispensada a publicação de Editais de Convocação, conforme o disposto no Artigo 124, Parágrafo 4º, da Lei nº. 6.404/76 de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei nº. 6.404/76") tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **Mesa:** Os trabalhos foram presididos por Lucas Geraldo Sanches, tendo como secretário Daniel Vieira da Costa. **Ordem do dia:** Deliberar sobre: i) alteração do endereço da sede da Companhia ii) alteração do endereço da filial inscrita no CNPJ/MF nº. 04.820.606/0003-96 e NIRE 35.906.687.640; iii) outros assuntos. **Deliberações:** Foi deliberado, por unanimidade de votos, e sem quaisquer restrições, o quanto segue: Os acionistas decidem alterar o endereço da sede social passando da Rodovia Anhanguera, Km 43, Gleba 3, Galpão 200, Módulos C e D, Sítio dos Cristais, cidade de Cajamar, Estado de São Paulo, CEP 07784-775 **para** Avenida Engenheiro Guido Malzoni, nº. 1.300, quadra Gleba, Galpão 200, Módulos C e D, bairro Empresarial Paoletti (Jordanesia), cidade de Cajamar, Estado de São Paulo, CEP 07784-775. Alterar o endereço da filial inscrita no CNPJ/MF nº. 04.820.606/0003-96 e NIRE 35.906.687.640, passando **da** Rodovia Anhanguera, Km 43, Gleba 3, Galpão 200, Módulo C, Parte A, Sítio dos Cristais, cidade de Cajamar, Estado de São Paulo, CEP 07784-775 **para** Avenida Engenheiro Guido Malzoni, nº. 1.300, quadra Gleba, Galpão 200, Módulo C, Parte A, bairro Empresarial Paoletti (Jordanesia), cidade de Cajamar, Estado de São Paulo, CEP 07784-775. Sendo assim, o Artigo 2º do Estatuto Social da Companhia passa a ter a seguinte redação: **Artigo 2º:** A sociedade tem sua sede e foro na cidade de Cajamar, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Guido Malzoni, nº. 1.300, quadra Gleba, Galpão 200, Módulos C e D, bairro Empresarial Paoletti (Jordanesia), CEP 07784-775. Filial: na cidade de Cajamar, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Guido Malzoni, nº. 1.300, quadra Gleba, Galpão 200, Módulo C, Parte A, bairro Empresarial Paoletti (Jordanesia), CEP 07784-775, inscrita no CNPJ/MF nº. 04.820.606/0003-96 e NIRE 35.906.687.640 – armazenagem de mercadoria em geral por conta de terceiros. Filial: na cidade de Cajamar, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Guido Malzoni, nº. 1.300, Galpão 100, Módulos D e E, bairro Empresarial Paoletti (Jordanesia), CEP 07784-775, inscrita no CNPJ/MF nº. 04.820.606/0004-77 e NIRE 35.906.848.341 – (a) exploração da atividade de comércio no atacado, representação por conta própria e de terceiros e atendimento direto ao consumidor com vendas no varejo; (b) importação, exportação, armazenagem e distribuição dos seguintes produtos: alimento em geral; alimentos não perecíveis; alimentos perecíveis; bebidas em geral; ração animal e artigos de petshop; produtos de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos; limpeza do lar; artigos de bazar; bijuterias; presentes; linglynes; acessórios e vestuário, eletrodomésticos e eletroeletrônicos; (c) comércio de materiais de construção e itens correlatos; e (d) armazenagem de mercadoria em geral por conta de terceiros. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado e como ninguém mais quis fazer uso da palavra, determinou o Senhor Presidente que encerrasse a reunião, sendo suspensa a sessão e lavrada a presente ata, que, lida e aprovada, foi assinada pelos integrantes da mesa e pela totalidade dos acionistas da Companhia. Acionistas: Yandeh S.A. (p. Lucas Geraldo Sanches e Daniel Vieira da Costa) e Daniel Vieira da Costa. Fica certificado que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Cajamar, 31 de julho de 2025. JUCESP nº 287.630/25-0 em 22/08/2025. **Marina Centurion Dardani** - Secretária Geral

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 02/09/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

